

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
GUSTAVO NICOLINO SQUARCINI**

**ESCOLA CLÁSSICA LIBERAL X ESCOLA
HISTÓRICA ALEMÃ E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO
CONTEXTO ECONÔMICO BRASILEIRO
CONTEMPORÂNEO.**

Taubaté – SP

2021

GUSTAVO NICOLINO SQUARCINI

**Escola Clássica liberal X Escola Histórica alemã e
suas contribuições no contexto econômico
brasileiro contemporâneo.**

Trabalho de Graduação, modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Drauzio Antônio Rezende Junior.

**Taubaté – SP
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pelo
SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas / UNITAU**

S773e Squarcini, Gustavo Nicolino
Escola clássica liberal X escola histórica alemã e suas
contribuições no contexto econômico brasileiro contemporâneo.
/ Gustavo Nicolino Squarcini - 2021.
73f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Departamento
de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté, 2021.
Orientação: Prof. Dr. Drauzio Antonio Rezende Junior,
Departamento do orientador – Gestão e Negócios.

1. Ciências econômicas. 2. Liberalismo. 3. Segundo Reinado
Brasileiro. 4. Era Vargas I. Título.

CDD-338

GUSTAVO NICOLINO SQUARCINI

Escola Clássica Liberal X Escola Histórica Alemã e suas contribuições no contexto econômico brasileiro contemporâneo.

Trabalho de Graduação, modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Drauzio Antônio Rezende Junior.

Data: _____

Resultado: _____

COMISSÃO JULGADORA

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Dedico este trabalho aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

De antemão, gostaria de dizer que estas linhas não conseguirão descrever tamanha gratidão por todas as pessoas que fizeram parte da minha trajetória até então em minha vida. Portanto, peço perdão a quem não for citado, mas tenham consciência que contribuíram e têm a minha gratidão.

Agradeço aos meus pais, Arlene e Helton Squarcini, e amigos que me auxiliaram nessa etapa, com conselhos e compartilhando experiências durante a construção desse trabalho de conclusão de curso, pois sem o apoio dessas pessoas queridas, não teria conseguido chegar no objetivo.

Gostaria de agradecer todo corpo docente de professores do curso de ciências econômicas, por não somente pela transmissão de ensino acadêmico, mas também em aprendizado pessoal, em principal o meu orientador, professor Mestre Drauzio Antônio Rezende Junior, por me auxiliar e orientar durante a construção deste trabalho.

Para vocês, o meu eterno agradecimento.

"[...] "If you have the opportunity to play this game called life, you have to appreciate every moment. A lot of people don't appreciate their moment until it's passed" **(WEST kanye, 2005)**.¹

¹ [...] Se você tiver a oportunidade de jogar este jogo chamado vida, você tem que apreciar cada momento. Muitas pessoas não apreciam seu momento até que passe (WEST, Kanye, 2005).

SQUARCINI, Gustavo Nicolino. **Escola Clássica Liberal X Escola Histórica Alemã e suas contribuições no contexto econômico brasileiro contemporâneo.**: 2021. 73 – f. Trabalho de Graduação, modalidade Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do Certificado do Título em Bacharel em Ciências Econômicas. do Departamento de Gestão de Negócios da Universidade de Taubaté, Taubaté.

RESUMO

Este trabalho de graduação propõe analisar duas escolas econômicas da história do pensamento econômico desenvolvidas pelos seus percussores, apresenta-se então, conceitos e princípios. Os modelos econômicos como o Liberalismo, desenvolvido pela Escola Clássica Liberal, e o Protecionismo, este pela Escola Histórica Alemã, serão estudados e interpretados em dois períodos distintos da história econômica brasileira contemporânea, o Segundo Reinado (1840 – 1889) e a Era Vargas (1930 – 1945). De princípio, procura-se entender quais contribuições cada modelo econômico traria aos dois períodos históricos apresentados durante o desenvolvimento do texto. O método adotado para o desenvolvimento da monografia foi a pesquisa bibliográfica, documental, histórica e comparativa. O trabalho não apresenta resultados e nem dados contábeis, mas sim interpretações de cunho econômico que envolvem medidas adotadas durante os dois períodos brasileiros apresentados na elaboração do texto. Portanto, torna-se claro o impacto das doutrinas econômicas na formação de uma nação, mesmo havendo contextos históricos que influenciam em caminhos distintos. Os sistemas econômicos são peças fundamentais para o desenvolvimento nacional, seja com ou sem a participação do Estado no âmbito econômico. Diante do estudo, as análises cabem identificar e interpretar as demandas da sociedade cujo o modelo econômico vigora, deste modo, possibilita-se o crescimento econômico da nação.

Palavras-chave: Liberalismo. Protecionismo. Segundo Reinado Brasileiro. Era Vargas.

SQUARCINI, Gustavo Nicolino. **Liberal Classical School X German Historical School and its contributions in the contemporary Brazilian economic context.**: 2021. 73 – f. Graduation Paper, Course Completion Paper modality, presented for obtaining the Certificate of Bachelor's Degree in Economic Sciences. from the Department of Business Management at the University of Taubaté, Taubaté.

ABSTRACT

This graduation work proposes to analyze two economic schools in the history of economic thought developed by its precursors, then presents concepts and principles. Economic models such as Liberalism, developed by the Liberal Classical School, and Protectionism, the latter by the German Historical School, will be studied and interpreted in two distinct periods of contemporary Brazilian economic history, the Segundo Reinado (1840 – 1889) and the Vargas Era (1930 – 1945). In principle, it seeks to understand which contributions each economic model would bring to the two historical periods presented during the development of the text. The method adopted for the development of the monograph was bibliographical, documentary, historical and comparative research. The work does not present results or accounting data, but rather economic interpretations that involve measures adopted during the two Brazilian periods presented in the preparation of the text. Therefore, the impact of economic doctrines on the formation of a nation becomes clear, even with historical contexts that influence in different ways. Economic systems are fundamental elements for national development, whether with or without the participation of the State in the economic sphere. In view of the study, the analyzes must identify and interpret the demands of society whose economic model is in force, thus enabling the nation's economic growth.

Keywords: Classical Schools. Liberalism. Protectionism. National Economy.

SUMÁRIO

RESUMO	07
ABSTRACT	08
SUMÁRIO	09
1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Problema do trabalho.....	12
1.2 Objetivo do trabalho.....	12
1.2.1 Objetivo Geral.....	13
1.2.2 Objetivos Específicos.....	13
1.3 Delimitação do trabalho.....	13
1.4 Relevância do trabalho.....	14
1.5 Organização do trabalho.....	14
2. REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1 Conceito de Economia.....	16
2.2 O surgimento dos sistemas econômicos.....	20
2.2.1 Feudalismo.....	20
2.2.2 Mercantilismo.....	21
2.2.3 Fisiocracia.....	22
2.3 Capitalismo.....	23
2.4 O SURGIMENTO DO PENSAMENTO ECONÔMICO.....	25
2.4.1 Escola Clássica.....	26
2.4.2 Adam Smith.....	28
2.4.3 David Ricardo.....	31
2.4.4 Thomas Robert Malthus.....	34
2.5 Escola Histórica Alemã.....	36
2.5.1 Georg Friedrich List.....	40
2.5.2 Wilhelm Roscher.....	44
2.5.3 Gustav Schmoller.....	45
2.6 Teoria das Vantagens Comparativas X Protecionismo.....	46
3. METODOLOGIA	49

4. DISCUSSÃO	51
4.1 Período histórico de análise.....	51
4.1.1 Segundo Reinado.....	51
4.1.2 A política do Segundo Reinado.....	52
4.1.3 Economia do Segundo Reinado.....	53
4.1.3.1 Economia Cafeeira.....	53
4.1.3.2 Era Mauá.....	54
4.1.4 Fim da Monarquia.....	55
4.1.5 Era Vargas.....	56
4.1.6 Governo Provisório.....	57
4.1.7 Governo Constitucional.....	58
4.1.8 Estado Novo.....	59
4.1.9 Economia na Era Vargas.....	60
4.2 Os caminhos de uma nação.....	61
4.2.1 Visão da escola histórica alemã no Segundo Reinado.....	64
4.2.2 Visão da escola clássica na Era Vargas.....	66
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	71

1. INTRODUÇÃO

A Economia teve sua evolução a partir de diversos ciclos e momentos históricos ao longo dos séculos após Aristóteles e Platão tratarem a economia como ciência a ser estudada. Assim com Adam Smith mais a frente alguns séculos, o filósofo e economista, que por muitos considerado o pai da economia, trata assim como Ciência Econômica. A história dessa ciência, que por muitos também considerada como ciência política, agregou ao mundo aspectos econômicos que desenvolveram nações de acordo com suas características e particularidades ao passar do tempo.

Atualmente, tem-se a existência de diversos modelos econômicos desenvolvidos para todo tipo de cenário e vertentes históricas nas nações, originadas, de modelos econômicos desenvolvidos por expoentes da economia nos séculos passados. Deste modo, o trabalho de graduação terá desenvolvimento em torno de duas escolas clássicas da economia mundial, e também quais foram as contribuições que trouxeram para história econômica contemporânea do Brasil apontando dois períodos: Segundo Reinado Brasileiro e Era Vargas. Busca-se então, ao decorrer do conteúdo, enfatizar os modelos econômicos que foram criados dentro dessas escolas clássicas, o Liberalismo e o Protecionismo, modelos que tiveram grandes nomes por de trás de seu desenvolvimento nos países europeus, Inglaterra e Alemanha.

Portanto, por de trás de grandes ideias, há grande precursores ou mentes brilhantes, sabendo disso o trabalho enfatiza precursores como Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus pela vertente do Liberalismo clássico e evidencia as contribuições que todos agregaram ao período e pelo progresso do sistema econômico, e não pode-se deixar de citar também, Georg Friedrich List, o precursor do sistema Protecionista e também da Escola Histórica Alemã no século XIX, considerado por muitos, assim como Smith, o pai do sistema econômico

desenvolvido, ainda na escola histórica é imprescindível deixar de citar Wilhelm Roscher e Gustav Schmoller que tornaram-se fundamentais para o desenvolvimento econômico alemão.

Mesmo sendo modelos clássicos da economia ainda se vê muito das ideias no que se conhece como sistemas econômicos nos dias atuais, se engana quem pensa que estes sistemas são parecidos, em alguns momentos históricos no Brasil talvez os preceitos dessas escolas viriam a ter resultados diferentes no aspecto econômico e ao decorrer do trabalho entende-se melhor.

Diante do exposto, durante o conteúdo entende-se melhor como foram criados os dois sistemas econômicos desenvolvidos nessas nações, e, também quais seriam os impactos em momentos históricos da economia brasileira se fossem adotados em determinados períodos ou em projetos econômicos do Brasil.

1.1 Problema do Trabalho

Este trabalho contemplará dois modelos econômicos que foram pilares para economia contemporânea, diante disso, ao decorrer da elaboração do conteúdo propõe-se incorporá-los em dois cenários econômicos da economia brasileira, o Segundo Reinado (1840–1889) e a Era Vargas (1930–1945), deste modo, tenta-se interpretar os eventos ocorridos no país, com uma outra doutrina econômica na forma de solução com objetivo de analisar e compreender as propostas de crescimento e desenvolvimento econômico.

1.2 Objetivos do Trabalho

O objetivo principal da pesquisa será avaliar os modelos econômicos e contribuir para o acervo literário trazendo consigo mais informações sobre o processo de desenvolvimento econômico no Brasil durante os dois períodos apresentados na monografia, desta forma, agrega-se conhecimento e informação sobre o tema.

1.2.1 Objetivo Geral

Apresentar dois sistemas econômicos desenvolvidos por escolas clássicas diferentes e no que a contribuição desses modelos acarretaria em determinados eventos da economia brasileira.

1.2.2 Objetivos Específicos

O objetivo específico do trabalho de graduação, busca conceituar os sistemas econômicos e traz consigo os percussores das escolas clássicas que foram de suma importância para o desenvolvimento de ambas. Deste modo, apresentar as ideias desenvolvidas e entender de que forma contribuiriam para o desenvolvimento econômico brasileiro.

- Apresentar os modelos econômicos e percussores em conjunto de ideias e teorias desenvolvidas nos períodos, em conjunto, trazer dois cenários econômicos brasileiros apontando os principais fatos acontecidos durante os períodos e aspectos econômicos.
- Entender de que forma os sistemas econômicos contribuiriam no desenvolvimento econômico do Brasil nos períodos do Segundo Reinado (1840–1889) e Era Vargas (1930–1945).

1.3 Delimitação do Estudo

Este trabalho limita-se na caracterização dos sistemas econômicos forjados pelas escolas clássica e histórica – Liberalismo (1776–1834) e Protecionismo (1841–1915) – e no que tange seus percussores principais que tiveram destaque nos períodos. Após identificarmos os sistemas econômicos desenvolvidos em ambas escolas, pretende-se trabalhar dois eventos da economia contemporânea brasileira

– Segundo Reinado Brasileiro (1840–1889) e a Era Vargas (1930–1945). Diante desses períodos, interpreta-se e apresenta as contribuições do Liberalismo ou Protecionismo caso implantadas nos desenvolvimentos dos cenários apontados.

1.4 Relevância do Estudo

O desenvolvimento deste trabalho de graduação e seu conteúdo, corresponde a dois tipos de sistemas econômicos desenvolvidos pelas escolas liberal e intervencionista da história do pensamento econômico. A escola clássica cujo desenvolvedora do liberalismo, torna-se percussora de todo o estudo da economia como ciência e contribuiu para diversos sistemas econômicos após seu período, e também corresponde a criação da escola alemã, que foi o berço do sistema intervencionista que desenvolveu os preceitos básicos de sua doutrina nos aspectos clássicos. Ao decorrer do texto apresenta-se figuras que foram pilares da formação dos sistemas, identificá-los e descrevê-los conforme suas contribuições.

O trabalho também busca, após a descrição dos sistemas econômicos, emparelhá-los e elencar as principais obras nos sistemas, pois mais adiante do texto observa-se dois períodos econômicos brasileiros que tenta-se entender quais seriam as contribuições dos sistemas econômicos caso fossem implantados no desenvolvimento dos eventos e no que resultaria no andamento deles.

1.5 Organização do Trabalho

Este trabalho está estruturado em seis etapas, de modo que a sequência apresente informações necessárias para transmitir conhecimento e entendimento ao leitor conforme proposto no desenvolvimento da elaboração do trabalho. A primeira consiste na introdução, apresentação, objetivo e metodologia. A segunda etapa traz a revisão de literatura sobre a descrição sobre o conceito de economia e os primeiros sistemas econômicos que deram origem a história do pensamento econômico. A terceira etapa trata-se da Escola Clássica e da Escola Histórica Alemã – sistemas econômicos como Liberalismo e Protecionismo –, e também dos

períodos econômicos brasileiros propostos durante o estudo, Segundo Reinado Brasileiro (1840–1889) e Era Vargas (1930–1945) buscando maior entendimento e informação sobre o tema. Já no quarto capítulo o intuito vem-se apresentar as características dos modelos econômicos e logo após discorrer a análise da visão das escolas do pensamento econômico sobre os eventos que impactaram e obtiveram influência sobre o ciclo econômico do país. No quinto capítulo traz as considerações finais da monografia. No sexto e último apresenta as referências bibliográficas que contribuíram para o desenvolvimento do trabalho de graduação.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Conceito de Economia

A economia torna-se uma ciência com o objetivo de explorar e interpretar como os recursos escassos adequam-se as necessidades ilimitadas da população. Esta ciência engloba consigo diversas outras ciências que são fundamentais para o seu complemento; ciências como Direito, Estatística, Filosofia, História e Matemática são de suma importância no que tange Economia. Diante disso, os estudos sobre os insumos escassos possuem três perguntas primordiais:

- O que produzir?
- Para quem?
- Como produzir?

De certo modo, as respostas são encontradas num espaço mais amplo de estudo, vertentes como: Doutrina, teoria e política contribuem para o desenvolvimento da disciplina e, conseqüentemente, das respostas (MANKIW, 1999).

A Doutrina tem como característica um conglomerado de pensamento econômico, sendo do passado ou do presente, sobre atingir os objetivos. O maior exemplo de doutrina são as escolas de pensamento econômico, que tem como os primeiros percussores Platão e Aristóteles. Por volta do século XVIII surgem pensadores que passaram a estudar economia de modo mais aprimorado, incluem autores com viés escolásticos, mercantilistas e também fisiocratas (MANKIW, 1999).

A partir disso, a Teoria econômica começa a se desenvolver, ainda no século XVIII, Adam Smith através de sua obra *A Riqueza das Nações* de 1776, torna-se o percussor do estudo teórico da Economia, obra na qual cominou e influenciou diversos discípulos, críticas, e também no surgimento de outras escolas do

pensamento econômico. Sobretudo, a teoria agrega-se um conjunto de leis e teses científicas, pois para existir uma teoria é necessário ser aprovada como método científico, provando ser viável em prática, dessa forma, denominada no âmbito econômico como *Análise Econômica* – Análise Econômica refere-se num conjunto de modelos que formam a Teoria Economia (MANKIWI, 1999).

A Política Econômica fundamenta-se na Doutrina e Teoria econômica, e diante disso apresenta meios para soluções de problemas no âmbito econômico-social. A política econômica possui subdivisões, cada qual empregadas com determinadas funções no que se refere como economia; Políticas como Monetária, Cambial, Orçamentária e Fiscal compõe as este conjunto, logo abaixo caracteriza-se de forma sucinta cada uma:

- **Política Monetária:** Propõe-se por meio de medidas de controle, através do Banco Central, sobre o valor monetário na economia, ou seja, moedas e notas que circulam no país. Pratica-se este tipo de política através da Oferta, também possui influência em rendimentos em determinado período, tem como objetivo zelar pela estabilidade eficiência do sistema financeiro.
- **Política Cambial:** Política na qual possui como a função de manutenção da taxa de câmbio na economia, ou seja, regula o valor da moeda estrangeira convertido na moeda nacional. O grande efeito da moeda estrangeira obter maior valor será a desvalorização da moeda nacional, conseqüentemente, os produtos produzidos em território nacional ficam mais propensas ao aumento de exportações, pois ficam mais baratas aos estrangeiros. Mesmo efeito ocorrerá caso a moeda nacional tenha valorização perante moedas estrangeiras.
- **Política Orçamentária:** Medida na qual baseia-se nos gastos do governo, seja aumento ou diminuição das receitas. Receitas captadas através de impostos e contribuições, já despesas são os gastos do governo, com despesas de manutenções, salários, subsídios e contribuições sociais.

- **Política Fiscal:** Essa na qual conectada junta da política orçamentária, pois na política fiscal que ocorrem a captação de impostos pelo Estado. O mesmo Estado que pratica o regulamento dessa política junto ao Banco Central.

Mankiw (1999) explica que a economia também possui níveis de estudo, os preceitos podem empregá-las desde decisões de famílias ou empresas, até mesmo nas interações diretas entre famílias e empresas, tampouco nas somas das atividades de todos os agentes no mercado. O campo então divide-se em dois subcampos:

- **Microeconomia:** Essa estuda o comportamento onde famílias e empresas tomam decisões e interagem em mercado específicos. Por Mankiw (1999), um microeconomista pode estudar efeitos de controle de alugueis em determinada cidade, ou impactos de competição estrangeira num território específico.
- **Macroeconomia:** Esse método estuda fenômenos que já englobam todo o sistema econômico. Mankiw (1999) ainda completa que, um macroeconomista estuda efeitos de um empréstimo feito pelo governo, taxas de desemprego e políticas sociais para elevação do padrão nacional.

Microeconomia e Macroeconomia estão estreitamente ligadas, as decisões tomadas podem afetar um ao outro pois impactam em milhões de pessoas, torna-se quase inviável acatar decisões macroeconômicas sem considerar as microeconômicas. (Mankiw, 1999, p. 60).

A economia política ou Economia, possui como objeto de estudo a humanidade nas atividades correntes do cotidiano, o objeto de estudo examina a ação individual e coletiva nos aspectos fortemente conectados a aquisição e consumo dos elementos materiais do bem-estar do ser humano (MARSHALL, 1996).

Deste modo, a economia possui estudos paralelos, de um lado estuda-se a riqueza, e por outro, o homem. Pois o caráter do Homem molda-se diante do trabalho cotidiano e pelos recursos conquistados através deste meio, até a parte dos interesses religiosos, mesmo tendo sido os dois maiores fatores da história do mundo – Fatores como Religião e Economia (MARSHALL, 1996).

Conforme citado por Adam Smith (1776), a economia política, considerada um ramo de estudo por estadistas e legisladores, apresenta duas princípios:

- Fornecer ao povo algum rendimento ou subsistência, ou dizendo de outro modo, liberá-lo para ter por si mesmo o rendimento ou subsistência.
- Promover ao Estado uma receita que seja possível o serviço público.

Desse modo, a economia tem como objetivo, em tempos similares, promover enriquecimento para os trabalhadores e Estado.

Os diferentes progressos de riqueza em diferentes épocas e nações criaram dois diferentes sistemas de economia aos meios de promover riqueza ao povo. O primeiro identificado como Sistema de Comércio, e o segundo, Sistema de Agricultura (Smith, 1776. P. 531).

Como foi citado no texto, a história do pensamento econômico teve enorme influência por autores que tinham viés feudalistas, mercantilistas e fisiocratas, advindo desse contexto, os percussores das do que ainda estariam por vir – Escolas Econômicas – aprimoraram muitos conceitos desses períodos, e para o desenvolvimento do trabalho é imprescindível deixar de lado como as sociedades se organizaram no passado, e também de que formam organizavam as atividades e divisões de bens e serviços (MANKIW, 1999).

2.2. O surgimento dos sistemas econômicos.

2.2.1 Feudalismo

O desenvolvimento das atividades econômicas, sendo assim, comerciais entrou em evolução já no século IV d.C., com a queda do Império Romano. Porém, a partir do século XV d.C. as atividades econômicas na Europa se intensificaram, países como Alemanha, França, Inglaterra, Rússia e demais países buscaram se organizar num novo sistema econômico, que até então denominava-se Feudalismo (BATISTA, 2012).

A queda do Império Romano e o fim das invasões bárbaras deixaram as cidades pouco desenvolvidas, resultando em comunidades agropastoris (BATISTA, 2012). Muito dessas comunidades eram subordinadas a reinos, desta forma o Feudalismo começa a se desenvolver na Europa. Figuras como Rei e Senhores Feudais eram tratados como soberanos nesse sistema econômico.

O processo consistia no Rei doando terras ao Senhor Feudal, e a partir daqui era de obrigação, a prestação de contas, retribuição com trabalho e insumos, desses feudos – nome da terra destinada a um Senhor Feudal – eram formadas comunidades de agricultura e de pastoreio. Dessa forma, o Rei e o Senhor Feudal eram sustentados e em troca ofereciam proteção as comunidades (BATISTA, 2012).

O feudo era estruturado com um castelo para o Senhor Feudal, terras para os camponeses produzirem, que consistiam como servos dos feudais e bosques e florestas. A relação comercial na época era basicamente através do escambo.

Características notáveis desse sistema econômico eram a Corvéia, – prestação de serviços na propriedade do senhor feudal - a Talha, – um terço da produção dos servos era do dono do Feudo como tributo - e a Taxa de Justiça – taxa na qual pagava ao dono do feudo para julgamento. O Feudalismo enfraquece como sistema econômico por volta do século X d.C., a baixa produtividade dos feudos não acompanhou o crescimento populacional e sistema foi aos poucos se tornando

obsoleto. A Rússia persistiu com esse sistema até por volta de 1917, sendo extinto na Revolução Russa (BATISTA, 2012).

2.2.2 Mercantilismo

O sistema feudal, mesmo se tornando obsoleto, conseguiu desenvolver os feudos até se tornarem grandes cidades, o principal impacto foi no comércio onde já ultrapassavam as fronteiras dos feudos. O fator predominante deste período na economia foi a descoberta do ouro, simultaneamente, a moeda. Também marcada pela época das grandes navegações e colonizações em busca de mais insumos.

Neste período, o rei ainda obtinha o poder central, através agora da criação dos estados nacionais, como as comunidades tinham crescido ao ponto de se tornarem cidades, a criação do estado foi uma das maneiras de reduzirem as influências dos feudais sobre a população (BATISTA, 2012).

Os principais países que foram adeptos a esse sistema econômico foram Inglaterra, Portugal, Espanha, Holanda e Alemanha, países que grandes colonizadores. O modelo Mercantilista foi de suma importância na criação de uma economia monetária, pois com o mercado ganhando proporções a utilização do dinheiro e crédito foram cruciais para a fomentação do sistema (BATISTA, 2012).

O grande nível de riqueza era visto pelos mercantilistas como poder da nação, associavam-se o acúmulo de ouro e prata com poder e influência. O nacionalismo também era empregado muito em função da balança comercial superavitária, pois era a forma do país acumular riquezas. Isenção de impostos de insumos que não eram produzidos em território nacional e proteção dos quais eram produzidos internamente (BATISTA, 2012).

É notório o quão foi fundamental o período mercantilista para o desenvolvimento da economia contemporânea, até hoje perduram alguns dos seus preceitos na sociedade econômica, Protecionismo e o Superávit Comercial são exemplos bem comuns de estratégias tomadas pelos governos (BATISTA, 2012).

O mercantilismo perde força no fim do século XVIII d.C., as teorias econômicas das escolas clássicas advindo das influências Fisiocratas ganham força

na Europa naquela época e fazem duras críticas ao modelo mercantilista (BATISTA, 2012).

2.2.3 Fisiocracia

A partir do século XVIII d.C., com o sistema mercantilista tornando-se obsoleto, surgem na França ideias de imposições mercantilistas e contra a tradição feudal que ainda persistia no país, então a partir disso surgiram os Fisiocratas. Os percursores deste modelo eram defendidos por François Quesnay (1694-1774), médico no qual era interessado em questões econômicas, foi Quesnay que desenvolveu a Tábua Econômica – Projeto no qual explicava como era o fluxo de bens e dinheiro na economia. – E Jacques Turgot (1727-1781), que fora Ministro das Finanças do Rei Luís XVI (1754-1793) (BATISTA, 2012).

O sistema fisiocrata, assim como o feudalista e o mercantilista, possuía características econômicas nas quais defendia, a ordem natural era enfatizada nesse sistema pelo fato de as atividades humanas serem de acordo com as Leis Naturais. A ênfase na agricultura era empregada fortemente pela crença fisiocrata a semente pode gerar infinitos frutos, sendo assim, tinham como pensamento que o comércio e indústria eram atividades secundárias como complementares. Os impostos naquela época eram provenientes, em questão de produção, dos proprietários das terras, pois como entendiam que as riquezas eram originadas da agricultura, apenas o proprietário era taxado. Este sistema econômico visa-se um olhar amplo da economia, seguindo essa linha de raciocínio pensava-se que a economia era ligada num todo, desde agricultura até produção de matéria-prima e entendiam que um problema de produção poderia acarretar, conseqüentemente, em outro. Seguindo a linha de pensamento das Leis Naturais, os Fisiocratas entendiam que o Estado não tinha o direito de intervir na vida das pessoas, em especial na economia, para manter o livre comércio (BATISTA, 2012).

Os Fisiocratas tinham como proposta principal a defesa do Livre Comércio, desde os grãos até exportação de produtos agrícolas (BATISTA, 2012).

Eram defensores de técnicas evoluídas de produção e assalariados, indiretamente favorecendo as indústrias, mesmo não sendo intenção. As ideias liberais estimularam a ascensão industrial por conta da eliminação de barreiras (BATISTA, 2012).

2.3 Capitalismo

Este sistema econômico possui aspectos característicos dos sistemas anteriores que definem e constituem seu funcionamento (CUADRA, 1990). Cunha-se como capitalismo, que tem como base na livre concorrência ou da iniciativa privada através dos meios de produção, e, também, de distribuição (Terras, Empresas, Ferrovias e entre outros), outra característica é a obtenção de lucro sob o cenário onde predomina a competição. Embora, neste sistema, a propriedade privada tenha seu valor, não significa que o Estado não tenha papel fundamental na produção dos recursos internos, mas a influência e a quantidade de produção são pequenas quando se tratam do setor privado. Entretanto, não significa que os recursos são completamente de propriedade privada, pois através do sistema capitalista e de suas ações existem uma sociedade (CUADRA, 1990).

No capitalismo, a renda origina-se em três atos, os salários provenientes aos trabalhos produtivos, rendas sobre propriedades e alugueis e juros acumulados pelo capital, em conjunto, com gestão das empresas e negócios. São caracterizadas como os meios legais dentro deste sistema (CUADRA, 1990).

O mercado, torna-se então, o indicador mais importante da economia, pelo fato de coordenar as atividades econômicas da nação e determinar como os indicadores de oferta e demanda atuam na realização das atividades na sociedade. Os preços dos bens e serviços acarretam, em último caso, na alocação dos recursos produtivos. Os produtores atuam no mercado com a motivação de obter a maximização dos lucros sobre os bens produzidos, e por outro lado, os consumidores, procuram atender as suas demandas de acordo com os seus interesses, dessa forma, se satisfazendo (CUADRA, 1990).

A livre concorrência, característica elementar no capitalismo, que busca incentivar a melhoria de bens e preços entre os produtores com intuito de obter a

maior gama de lucro desempenha papel fundamental como regulador do mercado. Dentro desse modelo, os produtores de bens e serviços tem como objetivo agregar mais consumidores para o seu negócio, em contrapartida, cria-se um efeito onde os consumidores concorrem entre si para conquistar os bens que lhe interessam, os produtores competem para obtenção de insumos e recursos para atingir a demanda dos detentores de capitais e, os trabalhadores, competem pelas oportunidades de emprego no mercado (CUADRA, 1990).

Acompanhado dessa concorrência constante, é de grande importância evidenciar o avanço tecnológico que contribui para eficiência na produção e, conseqüentemente, na expansão do mercado.

O preço torna-se peça fundamental dentro do sistema capitalista, pois através dele que será regido o equilíbrio de mercado, e, em consequência, a determinação entre oferta e demanda através da livre concorrência (CUADRA, 1990).

Importante ressaltar que nem em todo caso a livre concorrência existe e terá efeito no mercado, caso venha ser regulada pelo o Estado ou qualquer outro tipo de entidade, o sistema de preços acaba sendo interferido e ocasiona em diversos problemas, e, respeitar os conceitos do mercado nem sempre se torna ideal.

No sistema capitalista existem três premissas fundamentais, são:

- **O quê:** Definida pelo consumidor, pois através das decisões do próprio sobre a alocação dos recursos determina quais e a quantidade na qual deve ser produzida, o equilíbrio de mercado torna-se o termômetro da produção.
- **Como:** Definida pelo produtor, pois depende das opções existentes e, também, dos preços de produção. O produtor buscará maximizar seus lucros através do menor custo de produção.
- **Para quem:** Definido pelo mercado, de acordo com o poder de compra de cada consumidor, custo de produção e procura no mercado. Quanto maior o

preço menor será o consumo, conseqüentemente, quanto menor o preço maior será o consumo.

2.4 O surgimento do pensamento econômico

No final do século XVIII d.C., a ciência econômica tomou novos rumos em questão de ciência, a Teoria Economia Clássica foi a qual fomentou o processo para que isso viesse acontecer, como foi a precursora econômica acabou tornando-se referência, mesmo com as teorias que vieram anos após, seja aprimorando ou descartando das ideias ali desenvolvidas. Foi a primeira escola a interpretar os fenômenos econômicos, e partir disso surgiram os principais teóricos da Ciência Econômica que perduram até hoje as influências (BRUE, 2005).

O surgimento dessa escola advém-se de influências que foram cruciais na Europa nos séculos XVII e XVIII d.C., a Revolução Científica, na qual Isaac Newton (1642-1727), apresenta um estudo estático que corpos sempre rumariam como tendência ao equilíbrio no universo. Vale a pena citar que Newton leva-se consigo alguns pontos que vale atenção. Na Revolução científica, os cientistas levavam em consideração não só o apoio do raciocínio, mas o da experiência também para afirmar o estudo. A ideia, proveniente do sistema fisiocrata, de que o universo é regido pelas leis naturais tornou-se mais popular durante esse período. Newton carregava consigo uma visão diferenciada do universo, entendia que espaço, tempo e matéria são diferentes umas das outras, não há alteração com o tempo, e sim, a continuação indefinida. O impacto de Newton foi evidente no período clássico, para eles a ciência Newtoniana promoveu uma natureza verdadeira ao ponto de ultrapassar a de Deus. Tanto como instituições feudais e controles mercantilistas não eram mais necessários (BRUE, 2005).

Se o poder divino tivesse funcionasse de forma harmoniosa não precisando de interferência, o *Laissez-Faire* seria a forma mais sábia em decisões sociais. As leis naturais definiriam os sistemas econômicos e guiaria as ações das pessoas (BRUE, 2005. P. 47).

Newton foi revolucionário, trouxe ideias inovadoras que eram muito a frente do seu tempo, influenciou pessoas a questionarem antes de aceitar qualquer status de vida imposto a elas, a sociedade desse modo seria mais livre, conforme pregava a lei natural, e livres para buscar o interesse próprio (BRUE, 2005).

A outra revolução foi a Revolução Industrial no século XVIII, essa com cunho importantíssimo para o desenvolvimento da economia no ramo da indústria. Ainda no século XVII, a Inglaterra ficava entre as principais nações no ramo de comércio, e no de agricultura era menos eficiente que a França. Porém, mais para o fim do século XVIII, a Inglaterra torna-se referência em questão econômica, com o desenvolvimento da revolução industrial acompanhado da ascensão da economia política clássica, o país beneficiou-se com grande proveito do livre comércio internacional. O avanço da economia do país fez com que atividades mercantilistas que ainda persistiam dentro do país fossem extintas com o surgimento das atividades que caminhavam para todas direções (BRUE, 2005).

Outra característica desse período são os a mão-de-obra abundante devido ao crescimento da indústria, conseqüentemente a demanda aumentara, entretanto, o aumento da mão-de-obra foi tão descontrolado que leis impostas até meados de 1762 ficaram obsoletas – lei na qual juízes imponham tetos salariais aos empregadores. Promoveram leis que fomentaram exponencialmente a produção em campos onde colocavam essas terras sob propriedade privada e promoviam agricultura em larga escala, resultando numa alta na mão-de-obra agrícola. Como as indústrias cresciam em larga escala, muitos artesões e produtores perderam mercado diante da alta concorrência e foram ao mercado em forma de trabalhadores, deste modo elevando o número de trabalhadores assalariados e também de especialidade (BRUE, 2005).

2.4.1 Escola Clássica

A escola clássica, por muitos conhecida como a precursora do Liberalismo Econômico tem como preceitos a liberdade individual, a propriedade privada e o mínimo de ação do Estado sobre a sociedade. O termo em si, baseia-se nas ideias

liberais desenvolvidas em seu período vigente, ideias nas quais opunham-se aos sistemas feudelistas e mercantilistas no âmbito econômico, “[...] É um legado para a mudança histórica que atualmente chama-se de “conservador” a pessoa que defende o liberalismo (BRUE, 2005. p. 48).”

O sistema econômico do liberalismo possui algumas características que foram evidenciadas dentro desse modelo, foram princípios que ganharam destaque no decorrer do período que foi utilizado na Inglaterra.

- **Estado Mínimo:** Um dos principais princípios do modelo liberal, os preceitos do sistema entendiam que o mercado regia a produção e distribuição da economia da nação, sendo assim, a economia naturalmente se ajustava e tenderia ao pleno emprego sem qualquer intervenção do Estado. O Estado em si, tinha como função promover o mínimo como: Direitos sobre a propriedade, educação e defesa nacional ao território do país.
- **Comportamento de Auto Interesse:** Considerado como comportamento básico do ser humano, os empresários buscam lucro oferecendo bens e serviços, por outro lado os trabalhadores buscam salários através da prestação de serviços e os consumidores finais buscam comprar produtos para satisfação pessoal.
- **Conciliação de Interesses:** Os clássicos entendiam que no mercado existe a harmonia de interesses, pois os interesses individuais em conjunto acarretam numa melhoria nos interesses coletivos.
- **Leis Econômicas:** Os clássicos tiveram suma importância na elaboração das teorias econômicas, também denominadas como “leis”. Existem diversas leis econômicas provenientes dessa escola, os clássicos tinham como conhecimento que as leis são universais.

Vale ressaltar que empregavam importância a todos os tipos recursos disponíveis, seja insumos ou mão-de-obra, via-se valor como parte da riqueza da nação. Os clássicos, até a época em questão, tinham a melhor visão econômica do mundo, pois já tinham superados os sistemas econômicos anteriores – mercantilistas e fisiocratas. Portanto, elucida Brue (2005, p. 49), a economia clássica atendeu toda sociedade, pois promoveu a abundância e o desenvolvimento econômico.

O sistema agregou respeito aos empresários, num mundo onde reconhecimento e riqueza eram somente de reis e coligados, diante disso, obtiveram-se novo status, pois promoviam riqueza para nação. [...] a doutrina beneficiou os proprietários e o alto escalão das empresas, pois os dogmas da escola clássica fomentaram aspectos como: Política, Social e Econômico que, conseqüentemente, estimulava o Comércio, Indústria e Lucro (BRUE, 2005, p 49).

Nota-se ainda em tempos modernos como a escola clássica influenciou e impacta na economia, muitas gerações de economistas beneficiaram-se de todas as conquistas desse período, mostra-se em cursos de economia as teorias dos clássicos que vieram a tornar-se princípios econômicos, a teoria dos rendimentos decrescentes, acúmulo de capital e o mercado como método para compactuar interesses individuais com o do povo (BRUE, 2005).

Sobretudo, destaca-se os principais nomes da teoria clássica destrinchando melhor suas obras e contribuições que agregaram durante o período econômico clássico mais adiante, figuras como Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus serão pontuadas a seguir.

2.4.2 Adam Smith (1723–1790)

O mais notável precursor do período clássico, o escocês nascido na cidade de *Kirkcaldy*, fez-se presente em diversos períodos através do seu conhecimento transmitido de tempos em tempos pelo ramo da Ciência Econômica, considerado por muitos *o pai da economia*, Smith foi figura importante através dos seus preceitos econômicos, aclamado pelos seus seguidores e criticado por outros, fica notório ver o impacto dentro do âmbito econômico. Adam Smith iniciou os estudos acadêmicos

muito jovem, aos 14 anos já tivera ingressado em *Glasgow College*. Logo após frequentou a universidade de Oxford na Inglaterra, a trajetória de Smith em Glasgow ainda não tinha tido um ponto final, ainda ocupou cargo na universidade como representante da Filosofia Moral. Foi ainda na universidade que Smith publicou a sua primeira obra, *Teoria dos Sentimentos Morais* (1759), obra na qual tendenciou Smith a outros rumos em direção da economia política. Após a renúncia do cargo que ocupava na faculdade, Smith parte para França junto do enteado do Ministro da Finanças da Inglaterra (Charles Townsend, figura importante anos depois na América) para prestar uma espécie de tutoria, foi durante essa viagem que Smith constrói laços com os Fisiocratas franceses, Quesnay e Turgot – citados no capítulo anterior, evidencia-se a importância de ambos para o desenvolvimento do sistema fisiocrata na França (BRUE, 2013).

Em 1776, era publicada a então uma das obras mais importantes da história da economia, e a mais importante de Adam Smith, trabalho cujo desenvolvimento durou dez anos, iniciado ainda em sua tutoria na França. O livro *A Riqueza das Nações*, inquestionavelmente, um sucesso que elevou Smith como um dos principais pensadores da História do Pensamento Econômico. A obra enfatiza as principais características que contribuem com o desenvolvimento das nações no sistema econômico, a seguir apresenta-se duas das principais teorias apresentadas na obra:

- **Divisão do Trabalho:** A função trabalho foi compreendido na forma de evoluir as condições na produção de bens e serviços, através disso, o resultado impactaria na evolução da mão-de-obra. Smith utilizou-se desse preceito para explicar a fabricação de alfinetes na indústria, na época dividida em subdivisões de produção, destinada a determinados operários cada qual com sua função, portanto, produz desse modo conforme uma linha de produção. Entende-se por este modelo, o progresso da produtividade conforme as especializações eram atribuídas aos trabalhadores em seus postos de trabalho. Sobretudo, existem três motivos que contribuíam para o aumento da produtividade nas empresas (BRUE, 2013).

- O trabalhador, através da própria habilidade, evolui a eficiência na qual produz determinados bens ou serviços.
- Otimiza-se tempo de produção, pois se um trabalhador não puder produzir, outro produzirá em seu lugar.
- Os maquinários foram desenvolvidos para evolução das indústrias. Portanto, a simplificação das tarefas e divididas entre os trabalhadores aumentam a produtividade.

Entretanto, a repetição dessa tarefa por longo tempo acarreta-se numa limitação de progressão intelectual dos funcionários da empresa.

- **Harmonia dos interesses:** Entende-se que os agentes econômicos são induzidos a tomar decisões baseadas nos seus próprios interesses, dessa forma guiados pela *Mão Invisível* – O conceito de competitividade é a chave para compreender o conceito da mão invisível (BRUE, 2005, p. 70). Segundo Smith (1776, p. 27), “[...] não é da bondade do açougueiro ou do padeiro que esperamos o jantar, mas sim do seu interesse próprio.” Portanto, conforme os consumidores buscam no mercado preços mais em conta por um bem, da mesma forma os trabalhadores buscam um salário maior. Os indivíduos sempre buscarão atingir os próprios interesses, seja qual for o seu cunho de agente econômico, desde empreendedor, trabalhador ou consumidor, resulta no benefício geral para economia, pois fomenta a competitividade no mercado. Smith fez-se duras críticas ao sistema mercantilista, as restrições ao comércio entre as nações era uma das quais ele perseguiu, pois também via com bons olhos o comércio internacional entre as nações, mas adiante no texto, tem-se informações sobre David Ricardo e a teoria da troca internacional (HUNT e LAUTZENHEISER, 1979).

- **Governo Limitado:** Segundo os preceitos de Smith em sua obra, o Governo deveria ter papel mínimo na sociedade, defender princípios da livre concorrência, pois o mercado ditaria da forma mais eficiente possível a distribuição de recursos, em consequência, o progresso da economia viria naturalmente. Seguindo o raciocínio, Smith ainda integra a este tópico que o Estado tinha como uma das poucas funções a defesa do território contra invasores e nos serviços de justiça, sobretudo, todos esses serviços financiados através de tributos pagos pela sociedade sem ultrapassar as capacidades dos mesmos (HUNT e LAUTZENHEISER, 1979).

Adam Smith foi o pioneiro em conquistar a influência do pensamento econômico, a maioria dos economistas posteriores a era de Smith, que possuem muitos conflitos em seus pontos de vista, associam seus preceitos e teorias a obra de Smith, *A riqueza das Nações* (HUNT e LAUTZENHEISER, 1979). De antemão, mostra-se em sua obra a importância que Smith desempenhou no desenvolvimento de suas teorias; Divisão de trabalho e o Liberalismo Econômico, ambas as ideias como pontos cruciais para fomentar as riquezas das nações.

2.4.3 David Ricardo (1722–1823)

O britânico nascido em Londres, filhos de judeus que vieram da Holanda para Inglaterra, tornou-se ao lado de Adam Smith e Thomas Malthus um dos maiores provedores das ideias clássicas. Ricardo ampliou os estudos da economia gerando diversos admiradores e seguidores dos preceitos demonstrados durante a sua contribuição com a escola econômica. Usufruiu-se dos conhecimentos econômicos para os desenvolvimentos das teorias (BRUE, 2005).

Ricardo foi moldado desde a adolescência para assumir os ramos de negócios de ações de seu pai, visto isso, foi desde novo ingressado no mercado financeiro. Descendente de família judaica, ele vem a abandonar a religião para casar-se com uma inglesa de religião protestante, no que gerou alguns aborrecimentos ao teu pai na época. Conforme ingressado desde cedo no mercado

financeiro, Ricardo ao passar dos anos conseguiu acumular mais riqueza de que seu pai, por conta disso aposentou-se na casa dos quarenta anos, mas mesmo aposentado ele ainda cuidava de seus negócios até o fim da vida aos cinquenta e um anos de idade, deixou como herança grande parte em propriedades (BRUE, 2013).

Ricardo desde cedo era afimco no estudo de economia política e de mercado, em sua juventude, conheceu o livro “*A riqueza das Nações*”, por Smith, foi a partir disso que Ricardo trouxe toda sua atenção para a ciência econômicas, foi até o fim de sua vida dedicando seus estudos e questões a economia. Seu primeiro trabalho, no ramo da economia, foi publicado anos após conhecer a obra, mas mais adiante em sua vida já tivera concluído a sua obra autoral, *Princípios da Economia Política e Tributação* (1817) (BRUE, 2013).

Ricardo, junto de Thomas Malthus, foram, por sequência, os herdeiros da escola clássica após Adam Smith, viveram no ápice da revolução industrial da Inglaterra e presenciaram a Revolução Francesa, e também os atritos entre os capitalistas ingleses com os proprietários de terra onde as opiniões entre Ricardo e Malthus divergiam, cada qual defendendo um lado. Embora ambos fossem da mesma escola ainda eram rivais intelectuais, muito das obras elaboradas por ambos haviam críticas vindo de cada lado através de cartas ou publicações em jornais. Entretanto, apesar de todas rurgas intelectuais, ambos eram amigos pessoais (BRUE, 2005).

Mesmo a escola clássica possuir Adam Smith como principal nome, Ricardo foi figura fundamental para o desenvolvimento de algumas teorias dos clássicos, suas contribuições pessoais foram de suma importância e fazem presença até o mundo contemporâneo, vale ressaltar as seguintes:

- **Questão da Moeda:** Ricardo contestava o desequilíbrio entre o ouro e a libra esterlina, a solução proposta foi o retorno do padrão ouro para controlar a emissão de moeda que causaria a inflação e o aumento descontrolado dos preços que acarretaria na desvalorização da moeda interna. Ricardo entendia a razão da escassez do ouro na época e a solução proposta para conter a

circulação desenfreada de moeda era a padronização do ouro novamente. O plano de Ricardo foi acatado pelo Parlamento, e a partir de 1821 o padrão ouro foi estabelecido na Inglaterra e pendurou durante o século (HUNT e LAUTZENHEISER, 1979).

- **Teoria Valor-Trabalho:** Entende-se dentro dessa teoria que o preço das mercadorias eram consequências do trabalho desempenhados naquele tipo de serviço durante a produção. Ricardo intitula o trabalho conjunto de bens e serviços como Trabalho Incorporado; incorporado que consistia no resultado do Trabalho Direto - Composto pela mão-de-obra dos trabalhadores -, e o Trabalho Indireto – Consiste no agrupamento das máquinas e equipamentos. Segundo Hunt e Lautzenheiser (1979, p. 178), o problema do Valor-Trabalho de Ricardo foi elucidar como os preços naturais, compostos por salários e lucros, eram provenientes do trabalho incorporados na produção de bens e serviços.
- **Teoria dos Rendimentos Decrescentes e Renda:** Ilustra-se nessa teoria o princípio fundiário, entende-se que a partir do ponto que se utiliza a terra com mais frequência, a consequência com o tempo, será o desgaste da terra e o baixo nível de produção a cada colheita ou serviço praticado. Em contra partida, a redução da produção tende acontecer o aumento dos preços alimentos. Esses tipos de eventos contribuem para inflação, e atrelado, a economia estagnada no crescimento (HUNT e LAUTZENHEISER, 1979).
- **Emissão excessiva de Moeda leva a Inflação:** Durante o conflito com a França, a emissão de papel-moeda ficou descontrolada a fim de financiar os gastos da guerra. Ricardo interpretava que o papel-moeda era como qualquer outro tipo de insumo, com base nisso, se a quantidade de papel-moeda estiver em excesso, conseqüentemente, haverá desvalorização de acordo com o mercado e o poder de comprar perderá valor, deste modo, para adquirir determinado bem ou serviço, será necessário utilizar maior

quantidade de recurso, o que desencadeia a Inflação. Ricardo propôs ao governo que seria necessário atrelar o valor monetário do papel moeda com o ouro disponíveis em cofres nacionais, dessa forma limitaria a emissão de papel-moeda (HUNT e LAUTZENHEISER, 1979).

- **Troca Internacional entre Nações:** Ricardo enxergava com bons olhos a abertura do comércio internacional para Inglaterra, pois teria impacto, principalmente, no preço dos grãos e influenciaria na oferta. Lembra-se das contribuições de Adam Smith quando se trata do livre comércio, pois seria benéfico para todas as nações, o país exportaria determinado bem cujo possui maior facilidade de produção ou abundância de recurso, e importaria aquele que possui maior dificuldade para produzir ou custear. A abertura comercial seria crucial para o desenvolvimento das trocas internacionais (HUNT e LAUTZENHEISER, 1979).

2.4.4 Thomas Robert Malthus (1766–1834)

Thomas Robert Malthus, nascido na Inglaterra em 1766, filho de uma família influente de proximidade de expoentes importantes da história do pensamento econômico como, Rousseau e Hume, consagrou-se figura no período clássico por abordar tópicos que envolviam questões como da população, produto interno bruto, renda e demanda, Malthus também apresentava diversos pontos de vista opostos as ideais clássicas dos outros membros da escola clássica (BRUE, 2005).

O jovem inglês desde cedo assumiu grande responsabilidades, por volta de 1788 formou-se na universidade e dez anos depois já publicava a primeira edição de seu livro: *Ensaio sobre o princípio da população* (1798), alguns anos depois publicou a versão final adicionando mais conteúdo – A obra de Malthus investiga o motivo da pobreza entre as classes mais baixas economicamente, a partir desse ponto o ensaio trabalha seus tópicos em torno da Teoria da População. Outra obra famosa de Malthus foi publicada anos antes de sua morte, denominada como *Princípios da Economia Política* (1820) – Obra que investiga os efeitos da produção praticada por

trabalhadores e a maximização dos lucros dos empregadores, questiona-se durante a obra o salário de subsistência, origina-se desse livro de Malthus a Teoria da Superprodução (BRUE, 2005).

- **Teoria da População:** A Revolução Industrial e os preceitos deixados pelo sistema mercantilista causaram um grande número de pessoas na sociedade, desta forma, causando diversos impactos na população como; Desigualdade e Miséria. Diante deste fato, Malthus então apresenta sua tese de Lei da População em sua obra *Um Ensaio sobre os princípios da População*. Segundo Malthus (p 119, 1798), a população quando não controlada, apresenta aumentos geométricos, enquanto os meios de subsistência, no melhor dos cenários, de forma aritmética. Essa teoria apresentava dados que a cada vinte e cinco anos a população dobraria o número de pessoas na sociedade, e por outro lado, os meios de subsistência aumentariam apenas vinte e cinco por cento. Observa-se diante dessa teoria dois eventos que contribuíram para o ocorrido; Lei dos Pobres (1795), Lei cujo oferecia a política de renda mínima para parte da população, Malthus ainda se opunha ao governo em relação ao auxílio aos mais pobres, na visão do Inglês a pobreza era um cunho além da compreensão humana, algo vindo de Deus, e que o Estado não poderia evitar. A Lei dos Cereais (1813), esta que dificultava as importações de grãos entre as nações. A oposição do pensador seguia preceitos econômicos, considerava que as leis gerariam consequências que afetaria o preço dos insumos, como os alimentos. Malthus acreditava que o crescimento populacional poderia ser controlado e seria feito de formas preventiva e positiva (BRUE, 2005).
- **Preventivo:** Pela restrição moral, famílias que não pudessem arcar com custos de filhos não deveriam casar, ou então adiar tais acontecimentos.
- **Positivos:** Esse baseia-se em eventos para limitar o crescimento populacional como: Fome e Guerras.

- **Teoria da Superprodução:** A interpretação dessa teoria na época dava-se que os trabalhadores não poderiam adquirir os bens produzidos através dos seus salários que eram pagos pelos empregadores, por conta desse fenômeno, defende-se que a demanda de capital era necessária para aumentar a capacidade de consumo, assim, cria-se demanda para excesso de produtos (BRUE, 2005).

Contudo, a contribuição que Thomas Malthus agregou a Ciência Econômica perante o estudo da população é notória, trouxe através de teorias a interpretação de pautas como o crescimento e o desenvolvimento da população na sociedade (BRUE, 2013).

Nota-se a evidente colaboração da teoria clássica para o progresso da Ciência Econômica. Sobretudo, é visível a influência atribuída na continuação da história do pensamento econômico, a teoria clássica serviu de base para o desenvolvimento das doutrinas econômicas posteriores na história. Diante disso, o próximo tema da pesquisa trata-se da Escola Histórica Alemã, doutrina na qual possui ideias controversas a Teoria Clássica e críticas ao sistema econômico desenvolvido no Reino Unido.

2.5 Escola Histórica Alemã

No início do século XIX, o então Império Sacro Germânico, atual Alemanha, encontrava-se fragmentada em diversos estados por toda sua extensão territorial provenientes do tratado de paz firmado após as guerras napoleônicas na Europa, territórios estes que mais adiante formaram 39 estados que deram origem a Confederação Germânica em 1818. Ao decorrer dos anos, por volta de 1840 a 1870, ainda como Confederação, surge então o nascimento da escola econômica que era contrária aos preceitos da escola clássica, tal ideologia então desenvolvida pela Escola História Alemã, o nacionalismo, patriotismo, militarismo, paternalismo, devoção as obrigações e intervencionismo por conta do Estado eram alguns dos princípios dessa ideologia (BRUE, 2005).

A escola histórica alemã origina-se da crítica ao sistema liberal, desenvolvido pela escola clássica da economia na Inglaterra, por conta disso passa a existir a doutrina político-econômica, cujo parte do princípio que no mundo existem diferenças entre ações naturais e as realidades dos seres humanos. A formação dessa escola toma-se rumos diferentes a forma do pensamento ideal clássico, seja na metodologia, na política e na interpretação das ações dos humanos (BAINGO, 2009).

Ao final do século XIX, por volta de 1871, surge o Estado Alemão após um período conturbado pela sua unificação em apenas um Estado, preceitos mercantilistas ainda perduravam dentro do sistema econômico mesmo sendo ultrapassados, por conta disso ideais desenvolvidos pelo sistema clássico não tinham influência no país, deste modo tornando-se obsoletos para aplicação na Alemanha (BAINGO, 2009).

Através destes eventos o Estado Alemão encontrava-se atrasado no processo de industrialização, o país havia tido um processo capitalista tardio dentro da nação e era basicamente agrícola nas atividades produtivas. Diante disso, o Nacionalismo em conjunto das intervenções governamentais cominou para o progresso do crescimento industrial no país. Na segunda parte do século XIX, a Alemanha, ainda possuía atrasos em relação ao desenvolvimento do processo industrial, em comparação com outras nações da Europa. Devido a situação de atraso, os economistas tinham como argumento a necessidade do auxílio do Estado para atingir tais pontos de industrialização (BRUE, 2005).

Sobretudo, é notório as características desta escola econômica e no quão foi importante para o desenvolvimento da nação alemã a partir de um sistema econômico atrasado perante nações vizinhas para uma das forças do continente europeu. O sistema econômico alemão fomentou ideias diferentes ao do sistema clássico implantando a realidade do país para o progresso, portanto, o texto apresenta quatro dogmas principais dessa importante escola da história do pensamento econômico:

- **Abordagem Desenvolvimentista da Economia**

- **Importância do Papel do Governo**
- **Abordagem Histórica**
- **Reforma Conservadora**

A Abordagem desenvolvimentista da economia: Para o estudo da sociedade, a escola abordou uma forma desenvolvimentista, foca-se o estudo em dois pontos, crescimento e desenvolvimento da sociedade. Com influência de Charles Robert Darwin, a escola aplica-se na seguinte teoria; “Nascer, desenvolver e crescer, e por fim, enfraquecer e falecer.”, teoria essa baseada no evolucionismo num organismo social, entende-se através dessa teoria que a sociedade possui ciclos e que está em mudanças constantemente. Advém-se desse preceito a ideia que uma doutrina econômica que deu certo numa nação não significa que será de cunho universal, portanto, não caberá a outra nação e tampouco outro período diferente. O relativismo foi essencial para entender que o sistema clássico não era ideal para Alemanha nesse contexto econômico (BRUE, 2005).

A Importância do Papel do Governo: identifica o perfil da escola história alemã como nacionalista. – O nacionalismo é uma ideologia política, que busca evidenciar as características da nação. – Diferente da clássica que pregava os interesses individuais e, segundo List, era cosmopolita. A sociedade e o Estado eram os objetos de estudo do organismo social, na Alemanha era o Estado que fomentava a economia, ou seja, a indústria, transporte e o desenvolvimento eram atividades que o governo tinha responsabilidade (BRUE, 2005).

Abordagem histórica: Os membros da escola histórica alemã pregavam a importância do estudo histórico da economia, entende-se por meio disso que a economia política estava atrelada a outras ciências, sejam elas compostas por assuntos econômicos ou sociais. O método de estudo indutivo permitiu que fossem estudados diversos meios de fenômenos e comportamentos econômicos e não somente a lógica, conforme tem-se explorado no sistema clássico, ou seja, os

membros da escola questionavam quase todas as outras teorias. Não reconheciam que haviam leis econômicas universais, mas aceitavam que as formas de crescimento são evidentes na história e levam cunho de leis do desenvolvimento (BRUE, 2005).

Reforma Conservadora: Não se analisa a economia política somente pelos motivos que provocam a atividade econômica, e sim a moral que geram essas ações e reações. Determina-se padrões de equidade de produção e distribuição de riqueza para satisfazer a justiça e moral dentro da sociedade. A escola histórica acredita que o Estado tinha a função de fornecer ao homem a melhoria das suas condições de vida, de certo modo, espera-se lealdade vindo destas pessoas enquanto promovia o bem-estar social dos trabalhadores. Os economistas históricos entendiam que as reformas pudessem afastar os trabalhadores de ideologias como o socialismo, pois alguns defensores com ideias de mudança social naquela época foram denominados como socialistas de cadeira, pelas funções acadêmicas que ocupavam (BRUE, 2005).

A abordagem tomada pela escola histórica sobre a sociedade resultou numa contraproposta do pensamento histórico advindo do sistema clássico, os economistas do sistema alemão foram cruciais ao entenderem que os fenômenos históricos e sazonais progrediam em conjunto com os eventos econômicos e sociais. Portanto, os estudos indutivos foram de extrema necessidade para o avanço do sistema econômico, conseqüentemente, a elaboração de teorias e ideias foram importantes para entendimento de novos fenômenos (BRUE, 2005).

Os legados que a escola histórica contribuiu à ciência econômica e ciência política foi a importância de existir estudos com fundamentos, ou seja, estudos com pesquisas de campos e observações de modelos, para o desenvolvimento de teorias e ideias. Outro ponto no qual a escola alemã foi precursora foi a crítica ao *laissez-faire* do sistema clássico, este tema no qual foi pauta no futuro por diversos economistas que foram expoentes da história do pensamento econômico na sociedade, inclusive, foi reconhecido pelos neoclássicos mais adiante na história que

o livre comércio sem limitações não era produtivo a todos os sistemas econômicos das nações.

2.5.1 Georg Friedrich List (1789–1846)

O precursor da Escola Histórica Alemã, Georg Friedrich List (1789-1846) pioneiro na análise conjunta dos pontos de vista da escola (OLIVEIRA; GENNARI, 2009. p. 193). Durante a sua vida profissional ocupou cargo público até alcançar cargo de secretário do ministério. O alemão foi ativista na propagação da união dos estados alemães na confederação sacro germânica, união cujo tem-se envolvimento político e comercial (BAINGO, 2009).

A vida pública de List ganhou degraus durante sua história, em 1820 assumiu cargo para gerir seu estado, no cargo em questão aproveitou-se para defender algumas reformas que eram vistas como radicais naquela época, ainda como gestor do estado, concedeu revogações de impostos no que envolvia o comércio e propriedade, também saiu em defesa do imposto único para cobrir os gastos do governo. List além de teórico, foi defensor afincado do que acreditava, preocupava-se com o desenvolvimento de seu país e da população mais carente (IZEPAO, BRITO e BORGES, 2019, p. 20).

Tais atitudes foram consideradas como opostas aos ideais da Confederação Sacro Germânica, por consequências destes atos, culpa-se o alemão por traição contra a nação e condena-o a reclusão, depois de cumprir oito meses de prisão houve a deportação do economista do país (OLIVEIRA, GENNARI. 2009).

Após a deportação, List vive num período de sete anos (1825-1832) nos Estados Unidos, onde trabalhou em fazendas, jornais e até no ramo de vendas, ainda nesse período conseguiu ganhar e perder grandes fortunas com carvão (BRUE, 2013).

Mesmo com a propagação de seus ideais protecionistas ganhando força em território estadunidense, List volta para o país natal defendendo de modo afincado a criação de um sistema ferroviário alemão, que mais adiante do tempo foram desenvolvidas servindo para comprovar o que havia escrito em seus trabalhos. O

alemão possui impacto na influência do desenvolvimento do Sindicato Alfandegário que ganhou forças em conjunto da elaboração do *Zollverein* (OLIVEIRA, GENNARI, 2009).

O *Zollverein* foi uma liga alfandegária criada em 1834 pertencente aos Estados Germânicos. A liga fomentou a criação de bases para corroborar o sistema industrial da Alemanha, ampliando o consumo, contudo, com o desenvolvimento de mão-de-obra e máquinas. O progresso das linhas férreas no território alemão influenciou em enormes escalas a revolução industrial no país, e que impactou de forma tripla a produção do país:

- Aumento expressivo no consumo de ferro e aço, conseqüentemente, indústrias no ramo metalúrgico e siderúrgico tiveram grande impacto em suas produções.
- As linhas férreas possibilitaram o progresso do comércio, leva-se em conta a capacidade de transporte de matérias através dos trilhos entre regiões distantes.
- Criação de emprego para trabalhadores rurais que tinham sofrido durante as reformas agrícolas.

Conforme sua principal obra, *O Sistema Nacional de Economia Política* (1841), constitui-se o preceito de que nações com um sistema industrial emergente necessitam que o Estado tome medidas intervencionistas para atingir maturidade no processo de desenvolvimento. O estudo inicia-se com análises sobre as formas de políticas econômicas envolvendo os âmbitos das indústrias e comércios dos países com o estado da economia em determinado nível de maturidade de acordo com da Alemanha na questão da revolução industrial no início do século XIX. Visa-se que o desenvolvimento na vertente da indústria em países como Inglaterra e Estados Unidos foram políticas originalizadas, sobretudo, de questões protecionistas dos Estados ao longo do tempo (BRUE, 2013).

Consiste dentro da obra diversas críticas ao modelo econômico do liberalismo e, conseqüentemente, dos pensadores por de trás das ideias discorridas neste período histórico, inicia-se a crítica as ideias universais aos pensadores clássicos, que a emprega-se o nome de Economia Cosmopolítica (IPEZAO, BRITO E BORGES, 2019. p 44.).

Pensadores como Adam Smith, François Quesnay e Jean Baptiste Say foram figuras nas quais List toma-se como base para estudos e desenvolvimento de sua obra, tecendo críticas e repudiando as ideias originais dos pensadores do período clássico. Defensor árduo do nacionalismo, entende-se que uma série de fatores como liberdade civil e trabalhista, moral e ética, insumos para agricultura e indústria que fomentam o mercado consumidor acarretam na união da sociedade. O incentivo do Estado a política do protecionismo corrobora para economia nacional e funciona de modo sequencial a cadeia econômica, pois estimulando a indústria provoca melhorias na prospecção de investimentos por parte dos empresários e em qualificação pelos trabalhadores (BRUE, 2013).

A teoria Protecionista desenvolvida na Alemanha no século XIX tinha como objetivo contrapor as ideias da escola clássica elaborada por Adam Smith e seus seguidores, dessa forma suprimindo as defasagens econômicas sofridas nos territórios alemães e estadunidenses em comparação a Inglaterra, considerava a potência econômica no século XIX (OLIVEIRA, GENNARI. 2009).

Conforme cita List (1983), os clássicos comentem o erro de projetar o futuro de acordo com as perspectivas elaboradas por seus membros adotando preceitos como a paz perpétua e o livre-comércio. Paz perpétua interpretada por List como nações que já possuem relações estabelecidas politicamente e comercialmente, dessa forma não enquadrando em qualquer nação, pois nem todas obtêm alianças. Entretanto, as relações que envolvem outros países envolvem união e interesses políticos e comerciais. No livre-comércio, a interpretação em pleno século XIX, entende-se que não seria universal pois nem todas as nações obtiveram ápice econômico e nem chegavam perto do poderio econômico da Inglaterra, visto isso, o livre comércio não promoveria mais desvantagens no que diz aos países menos desenvolvidos (IPEZAO, BRITO E BORGES, 2019).

Seguindo as perspectivas de List (1983), para haver liberdade, de modo justo, é necessário promover equidade entre as nações, diante disso, fomenta-se o nivelamento industrial, civil e político, entende-se que então para promovermos isso o sistema protecionismo teria papel fundamental para prover a igualdade entre as nações, pois o livre comércio entre países em situações diferentes econômicas leva-se desvantagens econômicas para algum lado, em razão disso vem a tona que o livre comércio não é sistema adequado universalmente.

List desenvolve a teoria protecionista em torno do estudo de países que fomentaram o crescimento no âmbito industrial com auxílio e proteção nacional, evidencia-se que durante o período em que se toma medidas protecionistas provenientes do Estado, ocorreu progressão econômica, sobretudo, durante a adoção de políticas de livre comércio as nações não apresentaram crescimento. Baseia-se em estudos, que a economia fortifica-se e desenvolve-se perante um Estado forte que fomenta o crescimento econômico, a falta desse Estado, ocasiona em diversas falhas em pontos cruciais para nação, defasagem em segurança pública, industrial e financeira são pontos que compõem a atividade econômica do país. De acordo com List (1983), o Governo não só possui o direito, mas tem como obrigação contribuir com estratégias que corroboram o aumento de riqueza e poder da nação, caso não seja feito pela sociedade (OLIVEIRA, GENNARI. 2009).

List elenca o motivo cujo aponta ser de suma importância para o crescimento de uma economia e também de uma nação mais forte, a construção de ferrovias, o pensador que morou durante o exílio nos Estados Unidos, acompanhou o desenvolvimento ferroviário no país e entendeu que era crucial para o crescimento industrial, foi fator para unir o mercado e os meios produtivos, pois estimula-se a demanda de diversos meios como novos produtos, inovações, queda no custo do transporte e otimização de tempo, facilidade no deslocamento de mão de obra qualificada e a expansão do mercado. O transporte ferroviário geraria inúmeras possibilidades para o crescimento da economia alemã, por esse motivo foi defendido de forma contundente por List. De princípio, a elaboração da linha férrea por List, tinha como objetivo ligar todo o território alemão (OLIVEIRA, GENNARI. 2009).

Mesmo voltando a Alemanha após o exílio, List aos poucos desenvolveu doenças, sofreu com dificuldades financeiras e a ansiedade sobre a incerteza da unificação do território fizeram com que o fim da sua vida tivesse um resultado trágico, em 1846 vem a óbito depois de cometer suicídio. Entretanto, grande parte das ferrovias construídas em território alemão tiveram influência a partir das suas ideias e também seguiram os preceitos conforme foram projetados em seus trabalhos.

2.5.2 Wilhelm Roscher (1817–1894)

Assim como as escolas clássicas possuem fundadores, seguidores e pressupostos pensadores, na escola histórica alemã não é diferente, conforme foi a influência de List. Este pensador em questão torna-se pioneiro dos ideais dessa escola, defendeu de forma ferrenha o sistema alemão para fomentar os preceitos históricos, e pesquisadores o consideram fundador da Antiga Escola História Alemã. Wilhelm Georg Friedrich Roscher (1817-1894) torna-se então expoente no que se refere ciência econômica na Alemanha numa era pós-List. O então professor de economia política em cidades importantes do país como: Göttingen e Leipzig, não poupou críticas a escola clássica assim como List durante a sua juventude, embora ainda tivesse como base para o desenvolvimento de teorias econômicas. Dito isso, na elaboração da sua teoria econômica, Roscher mostra-se adepto aos ideais clássicos, pois em sua obra *Princípios da Economia Política* (1878), ilustra-se no livro a versão clássica sobre o preço de maneira otimizada, e segundo Brue (2013), Roscher “[...] afirma-se que fatos e opiniões contribuem de modo necessário para o complemento do método dedutivo clássico (BRUE, 2013).

Sua obra que possui maior destaque através de seus princípios fundamentais encontra-se em *Grundriss zu Vorlesungen über die Staatswirtschaft nach Geschichtlicher Methode* (Esboço de um curso de economia política segundo o método histórico) de 1843, obra cujo transparece as dificuldades de implantar uma teoria econômica que foi concebida em determinado ambiente. De acordo com Oliveira e Gennari (2009), Roscher “[...] afirma que a história possui influência chave

nos métodos de investigação econômica, porém não chegou a descartar o método dedutivo de Ricardo em sua análise econômica.”

Segundo Baingo (2009, p. 3):

[...] Roscher acredita que os conceitos históricos complementariam a teoria clássica através dos tempos, conseqüentemente, moldaria um sistema de política nacional com base na escola de direto, assim como, empirismo como fonte de pesquisa da escola histórica alemã.

2.5.3 Gustav Schmoller (1838–1917)

O então professor de ciência política em diversas universidades alemãs, como: Halle e Berlim, é considerado figura expoente na nova fase do sistema histórico alemão, precursor da Nova Escola Histórica Alemã, assim intitulada por Schumpeter (1964). Reconhecido também por ser grande propagador do estudo empírico dentro da economia. Schmoller durante sua vida econômica obteve-se muita influência diante o exercício político e nação, exercia influência sob a Associações dos Economistas onde foi responsável pelo processo de institucionalizar o país, participou de forma direta na formulação de reformas como econômicas e fiscais. Segundo Oliveira e Gennari (2009), Schmoller também foi membro do grupo Socialistas de Cátedra, grupo cujo defendiam reformas sociais para os trabalhadores (BRUE, 2013).

Schmoller torna-se crítico até mesmo com membro que compunham a escola histórica alemã, pois não aceitam que outros economistas admitissem a existência de uma lei universal para economia, portanto, doou-se a elaborar diversos trabalhos literários para enriquecer a história econômica alemã, colocando em evidência pontos estratégicos que constituíam a atividade econômica do país. Entretanto, a elaboração dessas monografias não condizia a especialização, mas defendia que esses tipos de projetos construía bases para o entendimento geral nas relações entre os aspectos econômicos, que na visão do alemão, era o objetivo proposto por ele (BRUE, 2013).

Em sua principal obra, *Grundriss der Allgemeinen Volkswirtschaftslehre* (História econômica geral) de 1904, produz-se um conteúdo proveniente da

elaboração em conjunto de estudos por parte de economistas que compunham o grupo de Schmoller (BRUE, 2013).

Um dos maiores embates de Schmoller veio através dos questionamentos tecidos por Carl Menger (1840-1921), o economista austríaco, membro pioneiro da escola austríaca que influenciou figuras expressivas da história do pensamento econômico, elaborou em seu projeto *Untersuchungenuber die Methode der Sozial Wissenchaften und der Politischen Oekonomie Insbesondere* (Investigação sobre o método da ciência social, com referência especial à economia) de 1883, obra cujo usa-se a crítica contra os métodos históricos empregados pela escola no desenvolvimento das teorias no âmbito geral (BRUE, 2013).

Após a publicação desta obra, inicia-se então o período conhecido como *Methodenstreit* (Guerra dos Métodos), tal fase persiste mesmo depois do falecimento de Schmoller (OLIVEIRA, GENNARI. 2009). Ambas escolas econômicas não chegaram ao definitivo ponto de vitória, entretanto, deixa-se a convicção para os seguidores que a criação de qualquer abordagem econômica é indispensável os fundamentos teóricos que sejam coerentes com os cenários e também de pesquisas históricas (OLIVEIRA, GENNARI. 2009).

2.6 Teoria das Vantagens Comparativas X Protecionismo

Teoria elaborada por David Ricardo, a partir do estudo da teoria das vantagens absolutas de Adam Smith. Ricardo como seguidor natural dos princípios fundamentados no liberalismo por Smith, criou-se um contraponto a fim de traçar novos rumos ao comércio internacional. A teoria das vantagens comparativas traz consigo a elaboração de uma equiparação que envolve fornecedores de insumos e produtores de mercadoria, entretanto, quem obtêm a maximização do lucro e o menor custo de oportunidade torna-se o qual terá o melhor negócio. Ilustra-se neste ponto o conceito do custo de oportunidade, pois uma nação para produzir ou especializar na produção de um determinado bem, deixa-se de produzir outros (OLIVEIRA, 2007).

Ricardo ilustra o conceito das vantagens comparativas quando envolve a produção de tecidos na Inglaterra e a de vinho em Portugal. Segundo Ricardo (1817), Portugal tem custos de produção baixos em relação a Inglaterra, entretanto, o comércio entre as nações resultaria em benefícios mútuos. Basicamente, o custo de produção de vinho na Inglaterra era alto e o de tecido era menor, por outro lado, em Portugal a produção de vinho era menor e a de tecido demandaria mais recursos. Visto que ambas as nações mantêm relações comerciais, torna-se notório a partir desse ponto de vista que o comércio entre as nações acarretaria em ganhos mútuos as nações (OLIVEIRA, 2007).

Este exemplo de Ricardo permite esclarecer de forma clara o conceito da teoria das vantagens comparativas, mesmo que cada nação possua diversos tipos de bens e que também exista mais nações envolvidas no comércio internacional. Portanto, a aplicabilidade da teoria ricardiana torna-se mais complexa (OLIVEIRA, 2007).

O protecionismo, teoria econômica fundamentada por List no século XIX, teve seus princípios fundamentados tanto na Alemanha quanto no desenvolvimento dos EUA. A elaboração da teoria histórica tinha como objetivo emparelhar a nação alemã e a estadunidense com a economia inglesa, para isso adota-se medidas não compatíveis com a clássica que fomenta-se o livre comércio, e sim, medidas nas quais fomenta-se o crescimento e o desenvolvimento interno da nação (BAINGO, 2009)..

Por este lado, List procura desenvolver sua teoria contraponto os preceitos da teoria clássica de livre comércio e evidencia que não é a mais eficiente para o desenvolvimento de uma nação. Para List, a teoria clássica aplicava-se em nações que já tinham um certo grau de desenvolvimento econômico, no caso como aconteceu na Inglaterra, porém não era compatível com nações que não tinham esse grau de maturidade econômica desenvolvida, como era o caso da Alemanha (BAINGO, 2009).

O protecionismo é uma doutrina econômica que favorece e prioriza as atividades internas da nação, como produção de bens e serviços internos, por outro

lado, para fomentar o crescimento interno, restringe-se ao máximo a importação de produtos do exterior (BAINGO, 2009).

O Estado tem papel fundamental na aplicação dos preceitos dessa doutrina econômica na nação, pois o mesmo traça estratégias para promover o desenvolvimento interno, criação de tarifas em produtos estrangeiros, isenção de impostos para produtores internos e restrições de influência externa são algumas das características desse sistema (BAINGO, 2009)..

List apresenta pontos em sua obra, Sistema Nacional de Economia Política (1841) no qual países subdesenvolvidos e que fossem dependentes de manufatura não poderiam competir com nações desenvolvidas num possível sistema de livre comércio. Entretanto, o alemão defende que as nações deviam passar pelo processo de industrialização para que pudessem se igualar economicamente, e durante este processo, o Estado tem como dever a criação de formas de proteção os produtores locais. Segundo List, uma economia interna forte e solidificada poderia competir com o mercado estrangeiro (BAINGO, 2009).

O pensador alemão defende o poder estatal na implantação de barreiras comerciais para desenvolver uma nação forte economicamente, como ocorrido na Alemanha e EUA. Dessa forma, a união nacional, em conjunto, dos aspectos culturais, morais e intelectuais emprega ao indivíduo os valores do estado nacional em prol da humanidade (BAINGO, 2009).

3. METODOLOGIA

A metodologia apresenta os tipos de métodos empregados para o desenvolvimento da pesquisa. Trata-se do período no qual o pesquisador define o método adotado para atingir os objetivos da monografia, optando por determinado modelo de pesquisa.

- **Quanto aos fins de investigação:** Utiliza-se métodos de pesquisa explicativa, porque tem como objetivo apresentar algo compreensível, justificando os motivos (VERGARA, 2004).

No estudo explicativo desta monografia, visa-se ilustrar a importância dos sistemas econômicos desenvolvidos por suas respectivas escolas e contribuições na história do pensamento econômico, e as influências na formação econômica brasileira.

- **Quanto aos meios de investigação:** Classifica-se a pesquisa como bibliográfica, documental, histórico e comparativos. Bibliográfica porque o conjunto de estudos baseiam-se em materiais com origem de livros, revistas, artigos científicos, jornais, internet, ou seja, materiais de acesso e conhecimento ao público geral (VERGARA, 2004). Documental, pois os materiais que contribuíram para a adoção do método de pesquisa advêm de documentos que pertencem aos acervos de órgãos públicos e privados de qualquer característica (VERGARA, 2004). Histórico pois baseia-se em eventos passados de cunho social ou humano, em conjunto de instituições no intuito de confirmação de influências na sociedade contemporânea (RAMALHO E MARQUES, 2009). Comparativo pelo fato de identificar semelhanças ou explicar diferenças, usado para estudo de espaço tempo de presente e passado entre sociedades de iguais ou situações diferentes de desenvolvimento (RAMALHO E MARQUES, 2009).

A pesquisa bibliográfica contribuiu para investigação de dados complementares, seja de fontes primárias ou secundárias, para caracterizar os sistemas econômicos e dos eventos econômicos brasileiros. A pesquisa documental, porque baseia-se de documentos voltados aos assuntos pertencentes a acervos literários. A pesquisa histórica pelo fato de reunir informações de eventos que foram fundamentais no passado e tiveram sua parcela de contribuição na história da humanidade. A pesquisa comparativa introduz as semelhanças e diferenças dos eventos, no intuito de trazer conhecimento ao conteúdo do trabalho.

4. DISCUSSÃO

4.1 Período Histórico de Análise

4.1.1 Segundo Reinado (1840–1889)

Período cujo deu-se sequência ao sistema de monarquia no território brasileiro. Comandado por Dom Pedro II, este período origina-se através do Golpe da Maioridade aplicado no ano de 1840, dando início então a era do segundo reinado brasileiro.

O então líder, Dom Pedro II, assumiu a posição de imperador do Brasil aos 13 anos, muito em função do movimento nomeado como golpe da maioria que praticado pelos políticos brasileiros que compunham os interesses das vias liberais. O intuito desse movimento político vem com a retomada do poder que havia ficado sob controle dos políticos com viés conservadores, pois devidos os eventos ocorridos na década anterior a nomeação de Dom Pedro II como imperador, serviria como renovação da figura máxima do império, e conseqüentemente, encerraria os embates internos que o país passava durante o século XIX (LIMA, 1976).

Contudo, inicia-se a partir de 1840 o período que perdurou por 49 anos até seu devido encerramento com a proclamação da república de 1889. O período do segundo reinado possui algumas fases que compuseram-no, de 1840 a 1850, Dom Pedro II conquista influência através do poder como imperador sobre os grupos políticos e rebeldes que estavam sob conflitos, o auge do segundo reinado é marcado de 1850 a 1865 onde o imperador do Brasil já ocupada a posição de forma consolidada, e por fim, de 1865 a 1889 ocorre o processo de declínio do segundo reinado brasileiro, surge posições opostas à do imperador brasileiro e a situação econômica não era das melhores (LIMA, 1976).

4.1.2 A política no segundo reinado

Os partidos que compunham o grupo da política brasileira eram: Partido Conservador e Partido Liberal, ambos partidos possuíam ideais distintas em relação a atuação do imperador, e já vinham tendo conflitos antes mesmo de Dom Pedro II assumir tal posto (LIMA, 1976). Como solução, de modo momentâneo, tomado pelo imperador brasileiro, para otimizar tais conflitos políticos promove-se um revezamento na liderança do ministério de mandato a mandato.

- **Partido Conservador:** Partilhavam da ideologia centralizadora de poder sob o comando do imperador.
- **Partido Liberal:** Partilhavam da ideologia autônoma das províncias em relação a tomada de decisões.

Segundo Schwarcz e Starling (2015), os políticos com viés conservadores aliaram-se a burocracia com grande comércio e lavoura de exportação, e os políticos com viés liberais aliavam-se com profissionais liberais unidos com atividade agrícola e mercado interno.

A política brasileira, durante o segundo reinado, apresenta-se aspectos incomuns em seu modelo político, cujo conhecido como Parlamentarismo às Avessas. Marca-se esse período pelo fato de ser contrário ao parlamentarismo inglês, pois como Dom Pedro II possuía o então Poder Moderado – Poder que concedia autonomia sob o Executivo e que permite a escolha livre dos integrantes do Conselho do Estado, este órgão que possuía autoridade somente abaixo do Imperador do Brasil, entretanto, na maioria dos casos o conselho correspondia aos movimentos políticos em prol dos interesses do próprio imperador (LIMA, 1976).

O modelo político brasileiro então era formado por uma monarquia parlamentarista, cujo o imperador interferia na política para defender seus interesses, e caso fosse eleito um primeiro ministro que fosse contra seus ideais, era exonerado, o mesmo caso aconteceria com a Câmara (LIMA, 1976).

4.1.3 Economia do Segundo Reinado

4.1.3.1 Economia Cafeeira

A economia durante o segundo reinado marca-se a consolidação da produção cafeeira no país como principal atividade econômica brasileira no século XIX, a conquista do mercado consumidor como os Estados Unidos e Europa contribui para o alavancamento dos valores das terras. A região sudeste torna-se então a mais desenvolvida economicamente no país devido a produção do café (FURTADO, 2001).

As regiões como o Vale do Paraíba (SP), o Oeste do estado de São Paulo e o Sul de Minas Gerais foram fundamentais no processo da produção do café no país. Inicia-se então no Vale do Paraíba, por meio da mão-de-obra dos escravos a produção do café, e devido a Lei Eusébio de Queirós (1850) origina-se o fim do tráfico negreiro e sua proibição no Brasil. Após a redução do tráfico negreiro, os produtores de café passam a comprar os escravos de outros produtores (FURTADO, 2001).

Vale ressaltar que o fim do tráfico negreiro definiu que antes recursos destinados a este tipo de atividades fossem deslocados as áreas de indústria e comércio, deste modo, corroborando para adoção da política de prestação de serviços assalariados em troca da mão-de-obra escrava, atividades essas que eram compostas por grande parte de imigrantes europeus, sobretudo, em contrapartida criou-se classes sociais no país (FURTADO, 2001).

A criação das classes sociais e particularidades econômicas fortaleceu ainda mais a elite do país, os proprietários de terras e grandes produtores que obtinham influência na política do país, nas quais geravam embates políticos partidários. Anos depois, já no próximo século, as elites brasileiras entram em crise já no outro modelo política adotado pelo Brasil, a República (FURTADO, 2001).

4.1.3.2 Era Mauá

Outro ponto impactante na formação econômica do período do segundo reinado, e que contribuiu de forma exponencial para o crescimento econômico foi o desenvolvimento industrial, tal aspecto foi cunhado de Era Mauá.

Em 1844 após a fixação da Tarifa Alves Branco que aumentou os impostos sob produtos do exterior, mesmo não sendo com este objetivo, cria-se uma espécie de barreira protecionista que fomentou o crescimento industrial no Brasil, e durante esse período vale ressaltar dois pontos: A determinação da proibição do tráfico negreiro mediante a Lei Eusébio de Queirós e os lucros abundantes da produção cafeeira que foram peças fundamentais no processo de industrialização do Brasil (CALDEIRA, 1995).

Entretanto, em paralelo a estes eventos, o então jovem Irineu Evangelista de Sousa vivenciou através da viagem a trabalho na Inglaterra, berço do liberalismo econômico e da revolução industrial, a realidade econômica de um país que estava anos à frente do Brasil no que tange questões econômicas, então no retorno ao país natal, o jovem volta determinado a explorar áreas fora da principal atividade econômica do Brasil, a agricultura. No século XIX a então atitude do brasileiro encontrava-se distante da realidade que o Brasil presenciava e mais ainda das elites que controlavam as produções cafeeiras (CALDEIRA, 1995).

Desde a juventude, Irineu trabalhava e, notadamente, apresentava grande aptidão aos negócios, e através da empresa de importações aconteceu seu primeiro contato com o capitalismo inglês, a volta do velho continente carregado de novas ideias e com o apoio de seu ex-patrão fez com que Irineu pudesse adquirir uma empresa de produção naval e aos poucos conquistar espaço no mercado até consolidar-se como a maior na produção naval no segundo reinado (CALDEIRA, 1995).

O espírito visionário de Irineu, comparado com empresários de viés capitalista da Europa e EUA, promoveu-o a avançar mais adiante no cenário econômico brasileiro, criou-se companhias e obteve concessões no transporte pelo Rio Amazonas, torna-se dono de siderúrgicas que produziam insumos e bens para

construções de rios e pontes. Por volta da década de 1850, Irineu inicia obras na criação da rede ferroviária que ligava a então capital do Brasil – que era o Rio de Janeiro -, ao Vale do Paraíba – onde encontrava-se parte da produção cafeeira do país (CALDEIRA, 1995).

A construção dessas vias ferroviárias permitiu que Irineu fosse cunhado como Barão de Mauá, ainda sob sua tutela empresarial surgiu também investimentos em empresas da área industrial do país e também atuou como financiador de instituições financeiras como Banco Mauá e Mauá & CIA que chegou obter algumas filiais no exterior como em algumas capitais da Europa e cidades da América do Sul (CALDEIRA, 1995).

Entretanto, anos depois as tarifas Alves Branco que perduravam sob produtos que vinham do exterior foram abandonadas pelo governo e com a adoção da Tarifa Silva Ferraz (1860) cujo facilitava a importação de bens, levou com que o Barão de Mauá não resistisse contra a concorrência do exterior. Em meados da década de 1870, ocorre o declínio das atividades financeiras do Barão, pois durante a década decreta-se falência e ocorrem as vendas de suas terras e empresas para sanar dívidas, mesmo contribuindo de forma fundamental para o crescimento econômico do país, o governo imperial nega-se a ceder alguma espécie de ajuda ao Banco Mauá e também ao Barão (CALDEIRA, 1995).

Irineu Evangelista de Souza marca presença como peça fundamental no desenvolvimento industrial do Brasil durante o Segundo Reinado, mesmo com entraves por conta de a mão de obra ser baseada na atividade escrava, o estopim industrial passa por ele sendo um dos maiores percussores desse período, antes mesmo de sua falência financeira ele recebe o título de Visconde de Mauá. Tempos depois, Mauá abandona suas atividades empreendedoras e passa a viver das produções do café (CALDEIRA, 1995).

4.1.4 Fim da Monarquia

O desgaste oriundo do modelo de monarquia parlamentarista, juntamente ligado, com os interesses dos maiores produtores e da situação econômica do país

resultaram na queda desse modelo político e de seu imperador. O rompimento com grupos como a igreja, exército e a elite produtora corroboraram para tal acontecimento (LIMA, 1976).

A saída tomada pelo Estado para custear os altos gastos do governo, gastos dos militares e entre outros gastos foi adotar aumentos de impostos e tarifas internas, alega-se então pelos militares, o descaso do imperador com a nação, e mais frente Dom Pedro II é deposto do cargo e, junto de sua família, é exilado na Europa pelos militares (LIMA, 1976).

Liderados pelo movimento do exército após uma série de acontecimentos e conflitos com o país vizinho, a classe militar comandou a conspiração contra o governo vigente. Então, no dia 15 de novembro de 1889 ocorre o estopim, Marechal Deodoro da Fonseca acompanhado de tropas militares desempossou o gabinete ministerial, e José do Patrocínio proclama a República em território nacional (LIMA, 1976).

4.1.5 Era Vargas (1930–1945)

Período cujo Getúlio Dornelles Vargas (1882 – 1954) torna-se presidente da República brasileira na década de 30 e que se encerra no ano de 1945 após ser deposto do cargo. Um período governamental marcado por características de viés autoritarista, centralização de poder no Estado e o populismo (D'ARAUJO, 1999).

Vargas conquista o poder mediante a Revolução de 1930 quando o sistema oligárquico conhecido como Política do Café com Leite que a cada ciclo era eleito um representante do estado de São Paulo ou Minas Gerais chega ao fim. Devido a este movimento, ocorre eleições resultando na queda de Washington Luís do cargo de presidente, e mesmo vencendo a eleição, Júlio Prestes, é barrado de assumir a posse. Um movimento armado torna-se eminente após a morte de João Pessoa, vice da aliança liberal, no Recife, diante deste acontecimento, militares lançam Getúlio Vargas ao poder. O então presidente mantém-se no posto de presidente durante 15 anos, advindo-se de eleições ocorridas de maneira indireta em 1934 e

em 1937 define-se uma ditadura política fazendo-o permanecer no cargo até 1945 (D'ARAUJO, 1999).

O governo Vargas é composto por três fases, Governo Provisório que ocorre de 1930 a 1934, Governo Constitucional de 1934 a 1937 e Estado Novo de 1937 a 1945. Fases distintas nas quais cada uma contém suas particularidades (D'ARAUJO, 1999).

4.1.6 Governo Provisório (1930–1934)

A primeira fase do governo Vargas marca-se pela criação de uma nova constituição, mesmo não havendo essa intenção e sim a de promover a centralização de poder nas mãos do Estado. Com o encerramento das atividades por parte do Congresso Nacional a fim de promover a centralização de poder, acarretou na insatisfação de regiões como a do Estado de São Paulo, devido a este fato, ocorre-se a Revolução Constitucionalista do ano de 1932, a reforma eleitoral deste ano ainda promoveu o direto de voto as mulheres. Mesmo o movimento não tendo sido positivo aos paulistas, Vargas acatou as demandas e nomeou um governador ao estado e concordou na elaboração de uma Assembleia Constituinte. Origina-se dessa Assembleia a Constituição de 1934, e mediante essa carta da constituição que Vargas consegue reeleger-se indiretamente por mais 4 anos (D'ARAUJO, 1999).

Conforme ocorrido ao fim da década de 20, a crise de café ainda se alastrou no início do Governo Vargas, contudo, as políticas econômicas tomadas durante esse período do governo provisório foram de combater a crise no Brasil. A solução tomada então pelo governo foram de criar um Conselho Nacional do Café em 1931 e adquirir os excedentes de produção de café dos produtores e que as queimassem no objetivo de fazer com que a maior *comoditie* nacional tivesse valorização no mercado (D'ARAUJO, 1999).

Nas questões trabalhistas, promoveu a criação do Ministério do Trabalho em 1930 e combateu de forma ferrenha organizações políticas com viés de esquerda

desenvolvendo métodos para supervisionar as atividades dos sindicatos sob tutela do Estado (D'ARAUJO, 1999).

4.1.7 Governo Constitucional (1934–1937)

Fase cujo tivesse sido formado um governo com conceitos constitucionais e democráticos no país, sobretudo, houve movimentações políticas para a implementação de um regime de ditadura muito em conta de influência vindas do velho continente, a Europa (D'ARAUJO, 1999). Devido tais movimentações políticas surgem dois grupos políticos defendendo cada qual os próprios interesses:

- **Ação Integralista Brasileira**
- **Aliança Libertadora Nacional**

A ação integralista brasileira foi um grupo político com viés de extrema-direita e com inspirações no modelo fascista desenvolvido na Itália, propaga-se a retórica nacionalista e anticomunista pelo grupo. Elaborado no estado de São Paulo por volta de 1932 e tinha como líder Plínio Salgado. A aliança libertadora nacional foi um Grupo político com viés de ideais comunistas. Surgem como oposição aos conceitos propagados no governo Vargas de nacionalismo e opunham-se publicamente contra o fascismo no Brasil. Ainda houve tentativa revolucionária falha de tomar o poder do país em 1935, esse movimento tomado pela Aliança Libertadora Nacional cunhou-se de Intentona Comunista. Após tal tentativa de tomada de poder, Vargas intensificou a centralização de poder e o autoritarismo resultando no Estado Novo. O líder desse grupo foi Luís Carlos Prestes (D'ARAUJO, 1999).

Após a tentativa de golpe, Vargas determina estado de sítio no país, sobretudo, vigorou tal situação até o fim de 1937. Durante esse processo surge um documento apresentado por Vargas denominado como Plano Cohen, um documento falsificado que apresentava planos para um golpe comunista no país. Portanto,

usufrui-se do temor comunista transmitido após a revelação do Plano Cohen, Getúlio auto aplica-se um golpe político, cancelando as eleições em 1938 e instaurando uma ditadura militar. Determinando o encerramento das atividades, novamente, do Congresso Nacional e de uma nova constituição, dessa vez completamente autoritária. Inicia-se assim, o Estado Novo (D'ARAUJO, 1999).

4.1.8 Estado Novo (1937–1945)

O Estado Novo, última fase da Era Vargas, período cujo o Brasil encontrava-se sob ditadura varguista. Foi durante esse período político que houve o fortalecimento da imagem de Vargas, com fortes propagandas políticas e a implementação do populismo, que tinha como objetivo aproximar as classes sociais. Em contrapartida, a ditadura encurta-se a liberdade dos cidadãos e praticou censura ao longo do território nacional (D'ARAUJO, 1999).

No âmbito político, governava-se mediante decretos-leis, por ora, as tomadas de decisões de Vargas não necessitavam de algum tipo de aprovação por parte dos Poder Legislativo, pois a decisão do então presidente era válida como lei. Durante esse período, o Legislativo perde poder, e o congresso, assembleia e câmaras foram dissolvidas, e foram suspensa qualquer atividade de partidos políticos (D'ARAUJO, 1999).

O Departamento de Imprensa e Propaganda encarrega-se das atividades de censura sobre oposições ao governo e ainda propaga de forma positiva o regime militar vigente na época e a imagem do presidente. O famigerado jornal A Hora do Brasil surge durante o período do Estado Novo, o jornal tinha como função promover propagandas em prol do governo Vargas (D'ARAUJO, 1999).

Destaca-se durante a última fase de Vargas no poder a política trabalhista, dessa política surgem dois pontos que perduram até os dias atuais, em 1940 é criado o salário-mínimo e em 1943 cria-se a Consolidação das Leis do Trabalho. Diante do desenvolvimento das políticas trabalhistas, as atividades do sindicato passam a ser controlada pelo governo (D'ARAUJO, 1999).

A decadência do Estado Novo vem à tona após a participação brasileira na Segunda Guerra que gerou instabilidades econômicas na nação, em consequência, as influências sob a sociedade enfraqueceram. Devido as incertezas políticas e econômicas, surgiram movimentos para novas eleições, desta forma, Vargas sentiu-se pressionado e pelo fim de 1945 deixa o cargo e acontece novas eleições presidenciais (D'ARAUJO, 1999).

4.1.9 Economia na Era Vargas

Durante a vigência do governo Vargas, reinicia-se no Brasil o processo de industrialização, baseia-se o desenvolvimento econômico em conjunto do Estado, portanto, a centralização de poder, o intervencionismo econômico e restrições de importações marcam esse período (D'ARAUJO, 1999).

A centralização do poder nas mãos do Estado possibilitou a captação de investimento no âmbito industrial, que seria falho e lento caso viesse investimentos privados por parte dos empresários burgueses. Em consequência deste fato, o Estado Novo era o único a proporcionar o acúmulo de capital no país, cujo viesse a ser de suma importância para o crescimento industrial (D'ARAUJO, 1999).

Baseia-se o modelo econômico nos países de extrema direita da Europa e também na URSS, mesmo ainda perdurando a propriedade privada no país. Nota-se influência das autoridades políticas do país pelos modelos que promoveram avanço econômico nos países do velho continente. O método de aproximação das classes sociais no país mostrava semelhança com obteve êxito na Itália fascista, com o governo colocando em prática através dos sindicatos dos trabalhadores e das empresas através das políticas de salário mínimo e da criação da Consolidação das Leis do Trabalho. Leva-se essa prática político-social no intuito de sanar embates sociais para atingir harmonia entre as classes (D'ARAUJO, 1999).

A criação de institutos para efetuar planejamentos na política econômica do país foram uma das características do governo Vargas, o instituto do Café, do Açúcar e Álcool e alguns outros órgãos como em 1937 a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1938

e o Conselho de Planejamento Econômico de 1944 contribuíram para traçar estratégias econômicas e supervisionar cada divisão (D'ARAUJO, 1999).

O investimento em empresas estatais para dar sequência ao plano de industrialização do país parte do Estado torna-se imprescindível, o governo Vargas destina investimentos em grande número de capitais em setores estratégicos de produção, como: Siderúrgicas, mineração, mecânica pesada, produção química e hidrelétrica. Portanto, como a burguesia brasileira era incapaz de investir nessas áreas, o Estado via os setores de produção nos quais investiu como grande potencializadores na industrialização da nação. Advém dessas política de investimentos adotada por parte do Estado empresas que foram expoentes no Brasil, a Companhia Vale do Rio Doce em Minas Gerais e a Companhia Hidrelétrica do Vale do Rio São Francisco são exemplos notórios desse período (D'ARAUJO, 1999).

O andamento da Segunda Guerra Mundial ocasionou certas consequências a economia do Brasil. Provoca-se estímulos de forma positiva e negativa na economia:

- **Positivo:** Fomenta-se a exportação de bens e insumos agrícolas, como o café.
- **Negativo:** Provoca-se empecilhos na importação dos meios de produção, ocasionando, atrasos do crescimento industrial.

Caracteriza-se o período da Era Vargas como impulsionadora da industrialização da nação, em conjunto, da adoção do autoritarismo como forma de gestão. Assemelha-se a Era Vargas de acordo com uma modernização de viés conservador.

4.2 Os caminhos de uma nação

Este capítulo detalha os embates de ideias que advém das escolas do pensamento econômico cujo foi apresentado no capítulo anterior, cada qual em seu

cenário econômico. E apresentam contrapontos aos eventos econômicos acontecidos na história econômica contemporânea do Brasil.

Esses acontecimentos possibilitaram a Inglaterra ao fim do século XVIII o cunho de nação mais desenvolvida economicamente, tais acontecimentos que causaram impactos profundos no sentido social da população. [...] esses impactos, não foram sentidos somente pela Inglaterra, ainda assim sendo o país tendência no sentido da Revolução Industrial, as condições nas quais influenciaram a sociedade se alastrou até mesmo fora das fronteiras inglesas (Pereira e Menezes, 2008. p. 89).

A escola clássica emprega ao princípio da liberdade um sentido mais abundante, em âmbitos econômicos a liberdade engloba o livre comércio e a livre concorrência. Em meados do século XVIII a definição de riqueza era o acúmulo de metais preciosos, muito por conta das políticas mercantilistas que era alvo de crítica, sobretudo o comércio era observado de forma negativa baseado nessa política, pois entendiam que uma nação tomaria a riqueza de outra em função da comercialização de bens, assim prejudicando a balança comercial, esse período marca-se muito a forma como as nações evitaram as relações comerciais no intuito de não abdicarem das riquezas acumuladas. Esse tipo de tomadas de decisões das nações para evitarem tais perdas foram alvos de críticas pelos liberais no que tange o comércio como fator exponencial para geração de riquezas, entende-se que o maior fator para prover a produção de uma nação passa-se pelas relações comerciais. Através deste ponto levantado, entende-se que a fortificação dessas relações são formas de aproximarem e corroborarem alianças entre os países, desse modo, gerando facilidades em âmbitos econômicos gerais.

A escola clássica fundamenta-se em princípios que formam o conceito liberal, como é conhecido até os dias atuais, o individualismo, a liberdade e igualdade fazem parte do desenvolvimento desse sistema econômico. Pela história o Liberalismo recebe este nome por transparecer o confronto contra as tendências que travavam o crescimento econômico das nações no século XVIII, nos quais dificultavam os princípios fundamentais do sistema defendido por Adam Smith.

Ao elaborar o sistema diante dos preceitos apresentados pela escola clássica e o evento da Revolução Industrial, os membros da escola histórica entendem que as políticas protecionistas não são cabíveis a todas as nações, pois a adoção desse

sistema deve ser analisada de acordo com a situação que a nação encontra-se economicamente.

A união que a escola histórica alemã descreve não se limita somente aos Estados numa só União, mas também nos interesses individuais em busca de um interesse incomum, o crescimento econômico da nação Alemã. Percebe-se que ao transcrever essas palavras, há uma crítica ao liberalismo no que se trata sobre a ideia do individualismo aos interesses pessoais, o acúmulo de riquezas, e sem o auxílio do Estado nas atividades da sociedade (Pereira; Menezes. 2008. p.93).

Esclarece-se que a política protecionista não cabe a qualquer nação. O objetivo dos alemães era cujo nações que estivesse no mesmo patamar que a Alemanha utilizasse tal política para desenvolvimento interno, mas que não deixassem as características da nação de lado, pois os aspectos históricos faziam parte da constituição daquele país. Seguindo tais preceitos da doutrina, o objetivo principal era promover a maturidade econômica até o ponto onde a Inglaterra se encontrava, enxergava-se a nação inglesa como exemplo digno da união dos interesses das pessoas, juntamente, com a do Estado para atingir o crescimento econômico.

O sistema protecionista pratica restrições nas importações de produtos manufaturados, a implementação de taxas altas que equivale a proibição, ou taxas moderadas. Mesmo nenhuma desses meios sendo benéficos, só pode entender quais dessas medidas é a melhor, no que se diz respeito as particularidades de cada nação e que nível se encontra o setor industrial (List, 1986. p. 207).

Definida as contribuições teóricas por ambos os representantes das escolas econômicas pode-se entender a empregabilidade dos seus objetivos diante o homem e a história da nação. A Escola Clássica desenvolveu o sistema liberal com intuito de prover o crescimento e desenvolvimento das nações, ignorando o fato histórico e a posição que se encontravam. A razão disso deve-se pelo fato de ter elaborado seu trabalho no contexto da nação que foi berço dessas mudanças, conseqüentemente, vivenciou de perto tais eventos, sobretudo, afincou em direção ao progresso não deixou de lado seus ideais. Por outro lado, a Escola Histórica Alemã presenciava outra realidade, no aspecto econômico, de nação. A nação alemã se

encontrava atrasada em relação aos eventos que tivera acontecido na Inglaterra, em vista disso, os membros da escola história alemã não compartilharam da mesma concepção dos clássicos. O primeiro ponto cujo os alemães buscaram foram o crescimento interno da nação para depois elaborar o progresso a fora. Diante disso, fica evidente que a escola clássica, através das suas obras e teorias, busca-se o progresso das nações, entretanto, a escola histórica alemã foca no desenvolvimento interno, as obras e teorias desenvolvidas por membros da escola tinha como objetivo o progresso da Alemanha como nação.

4.2.1 Visão da escola histórica alemã no Segundo Reinado

Como citado anteriormente nos capítulos onde discorre as particularidades da escola histórica alemã, o segundo reinado brasileiro passa por períodos econômicos muito influenciados pela política em questão, o revezamento de ideologias partidárias impõe obstáculos no crescimento econômico, onde somente a atividade cafeeira possui destaque e recebe incentivo em grande parte do século. Mesmo desenvolvendo a então tarifa Alves Branco para determinar tributações a produtos estrangeiros, advém dessa lei o objetivo de provocar o maior consumo interno, ocasionando na demandada industrial no setor interno, o abandono dessa tarifa torna-se iminente anos depois pelo fato do surgimento da Tarifa Silva Ferraz que facilitou a importação de bens e também do revezamento partidário defender determinados interesses.

A industrialização do país, de forma mais concreta, vem diante de interesses individuais do então Barão de Mauá, muito em função do surto industrial desenfreado no país. Influenciado pelos ideais liberais ingleses, devido a experiência captada durante a viagem ao Reino Unido, o jovem que viria ser chamado Barão de Mauá torna-se pioneiro nesse processo de desenvolvimento das indústrias de transportes no país, além disso, injeta-se investimentos e cria-se bancos com intuito de desenvolver a economia nos maiores centros do país na época. A indústria naval era dominada por sua empresa localizada no Rio de Janeiro, e como pioneiro no setor do transporte, é através dele que a linha ferroviária que ligava a então capital

do país com a uma das maiores regiões produtoras de café, o Vale do Paraíba em São Paulo. Desta forma possibilitando a otimização de tempo no transporte do café e fomentando ainda mais essa atividade econômica no país.

Entretanto, a base da economia do segundo reinado era baseada na produção do trabalho escravo, por este fato, provoca-se barreiras impeditivas no desenvolvimento produtivo e origina-se entraves para o desenvolvimento interno. Para o desenvolvimento econômico interno industrial torna-se imprescindível um conjunto de fatores como a produção manufatureira, crescimento do mercado interno e trabalho assalariado.

A escola história alemã defende a atuação do estado sob as atividades da sociedade, para corroborar no desenvolvimento das atividades econômicas do país, a participação do governo torna-se peça fundamental como principal ferramenta para auxiliar o desenvolvimento e crescimento da nação. Sobretudo, respeitando o seu contexto histórico sem esquecer das origens produtivas.

A doutrina intervencionista da Alemanha defende que a sociedade passa por um processo para atingir o objetivo de maturidade econômica em conjunto, o modelo defende que para a nação se desenvolver é necessário atribuir tributações sob produtos estrangeiros para provocar o consumo interno no país, conseqüentemente, ocorre concorrência e aprimoramento da produção interna, assim, o país passa a exportar mais e equilibrando a balança comercial.

O auxílio estatal em conjunto do interesse coletivo buscando o crescimento econômico, não somente ao interesse do conselho do estado e seu imperador como ocorrido em grande parte do segundo reinado, atribui-se a centralização do poder na mão do Estado em prol do desenvolvimento econômico da nação podendo corroborar não apenas a produção cafeeira no país, mas também da produção de outros insumos produzidos no setor industrial, pela vasta extensão de terras no Brasil e também de abundância de matéria prima. Com objetivo de fortalecer e atender a demanda da sociedade em aspectos sociais e econômicos. A construção ferroviária impactaria em grande escala para o transporte de insumos e também de mão-de-obra nacional, em consequência deste fato, o país cresceria de modo uniforme pelo desenvolvimento da nação, e também a conquista de crédito para

fomentar o consumo interno vem a ser primordial para o aquecer a produção interna no país.

4.2.2 Visão da escola clássica na Era Vargas

Marca-se a Era Vargas pelo grande poder centralizado nas mãos do Estado, e também pelas influências fascistas advindas da Europa que o então presidente, Getúlio Vargas, agrega no sistema econômico e político do país que geraram impacto tanto no setor social quanto no econômico.

O então governo, passa por um período de transição desde a crise do café que assolava o país devido aos problemas econômicos externos dos maiores consumidores do produto brasileiro, até os problemas na captação de recursos para dar início a reindustrialização no país, visto esse fato, o governo traça estratégias para não propagar a baixa demanda no país adquirindo safras de cafés e as queimando no intuito de valorização do produto diante da crise. Em contrapartida, a guinada no setor industrial passa-se pelas mãos do Estado, pois naquela época os grandes burgueses e elites que viviam no Brasil não atenderiam a demanda de investimento no processo de industrialização, o Estado então destinou verbas para criação de estatais estratégicas no país, como exemplo, criou-se empresas no setor siderúrgico, de mineração e hidrelétrica.

A centralização de poder sob posse do Estado e a implantação de políticas intervencionistas, essa cujo objetivo aquecer a economia no consumo interno, resultou em taxar as importações dificultando ainda mais as relações comerciais do Brasil no que diz respeito a captação de insumos. A presença do Brasil na segunda guerra mundial gerou altos custos aos cofres internos, conseqüentemente, os maiores consumidores dos produtos exportados pelo Brasil também foram afetados por conta dos gastos da guerra e acabaram que consumiam em menor quantidade por conta das dívidas internas. Assim, o Brasil enfrentou uma iminente crise econômica que veio como consequência a queda de Getúlio Vargas como presidente ao fim do de 1945.

Entretanto, a escola clássica propaga a ideia da não intervenção do Estado sob as atividades econômicas do país e nem sob as ações dos indivíduos, gerando assim maior liberdade e igualdade da sociedade baseado nos conceitos da lei natural. Segundo a doutrina liberal, o Estado tem como dever mínimo influenciar nas atividades econômicas das nações a fim de não gerar decisões intervencionistas. As manutenções da economia, no Liberalismo, são feitas de modo natural pelo próprio mercado, assim se autorregulando. Um dos preceitos do liberalismo, a própria nação torna-se a fomentar o livre comércio entre outras nações, deste modo provocando a otimização de tempo e a praticidade nas relações internacionais, em conjunto, de conquistas de alianças econômicas. A prática de tributação na comercialização de insumos e recursos estrangeiros prejudica-se muito o mercado interno, pois quando tal produto possui custo de produção elevado na indústria interna e é de qualidade inferior devido a tecnologia e maquinário não qualificado, igual a de nações que estão mais desenvolvidas industrialmente, trazê-lo de fora tem custo mais barato, entretanto, a tributação acarreta no alto custo e prejudica a livre concorrência. O intervencionismo econômico torna-se maléfico ao mercado, afetando assim o comércio e o desenvolvimento interno, gera-se diante desse fato o enriquecimento do governo e não da população.

A livre concorrência do sistema clássico pré-dispõe na maior gama de produtos oferecidos por diversos vendedores, em consequência, promove a corrida de aprimoramento dos bens de produção e serviços na busca de maximizar clientes e lucros.

A ditadura do Estado Novo impôs ao Brasil diversas barreiras no desenvolvimento econômico e social da nação, posicionamentos políticos de Vargas como a retirada de autonomia do Poder Legislativo, assim, centralizando todo tipo de decisão através dele trouxe instabilidade ao país, devido a esses posicionamentos do presidente, comina-se sua queda anos depois.

A instabilidade econômica gerada pelo governo de Vargas fecha-se portas para iniciativa privada adentrar sobre a área industrial no país quando exercia o poder, seus posicionamentos e determinações carregavam insegurança aos empresários brasileiros e diante disso os investimentos nos setores privados não eram vistos com bons olhos pela elite.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado durante a monografia, é notório as contribuições e influências que os sistemas econômicos desenvolvidos pelos vieses liberais e intervencionistas marcam presença durante os ciclos econômicos das nações, e cada qual, corresponde a determinado momento em que a nação marca o presente momento econômico. Os sistemas econômicos quando implantados nos desenvolvimentos das nações tornam-se peças fundamentais para atingir os objetivos de crescimento.

O desenvolvimento deste estudo permite-se compreender de como são abordados os sistemas econômicos e também como suas influências impactaram e agregaram em ciclos econômicos das nações, possibilitando obter maior entendimento das origens e dos percussores dos sistemas econômicos

O objetivo de modo geral deste trabalho de conclusão de curso foi descrever os sistemas econômicos e enquadrá-los em determinados eventos da história econômica contemporânea brasileira, como o Segundo Reinado (1840–1889) e a Era Vargas (1930–1945).

O Liberalismo, sistema cujo foi criado no berço da revolução industrial e no cenário que mais favoreceu o desenvolvimento econômico torna-se modelo a ser seguido pelas demais nações da Europa, este modelo possui os ideais nos quais o Estado tem participação mínima em relação as tomadas de decisões de cada indivíduo, e tem como responsabilidade questões básicas na formação da nação como a intervenção mínima do Estado na sociedade muito em função das leis naturais e o fornecimento de segurança a nação. A Inglaterra então vivia o ápice econômico nos séculos XVII e XVIII devido aos eventos que favoreceram o crescimento do país.

Entretanto, ainda no velho continente, o Intervencionismo como sistema econômico toma-se forma na Alemanha, este sistema desenvolvido pela Escola Histórica Alemã, traça caminhos distintos em função do qual aconteceu em territórios ingleses. A Alemanha no século XVIII, presenciava o estado da nação em momentos

defasados no âmbito econômico e social, por conta disso, o Estado, em conjunto de economistas que viria formar a famigerada Escola Histórica Alemã composta por pensadores econômicos e filósofos, identificaram a necessidade da centralização de poder no Estado para obter auxílio no crescimento e formação da nação, adota-se o modelo intervencionista no intuito de corroborar as atividades nas quais projetam a sociedade para atingir o crescimento econômico do país.

Diante as análises das escolas econômicas, permite-se identificar a presença de ambas as ideologias na formação econômica do Brasil. Durante o período do Segundo Reinado, que perdurou de 1840 à 1889, nota-se a presença do viés liberal durante o império brasileiro, mesmo havendo um imperador no país, o parlamentarismo cujo vigorava o modelo político tinha como embasamento o sistema liberal inglês, e durante a monarquia, identifica as influências econômicas que essa fase presenciou e quais as contribuições que o sistema intervencionista agregaria nas decisões econômicas. O segundo período analisado na monografia é a Era Vargas, que durou de 1930 a 1945, este período que apresentou grande influência intervencionista nas atividades econômicas e sociais com objetivo de contribuir com o desenvolvimento e a união da nação, descreve-se acontecimentos e tomadas de decisões do Estado para o setor econômico, e também apresenta contribuições que o sistema liberal agregaria durante a fase econômica.

Parte-se deste estudo o entendimento claro da origem dos sistemas econômicos que perduram e são pautados até os dias atuais. Além disso, as análises coletadas têm em vista que cada nação tem suas particularidades e contexto histórico econômico no qual cada modelo, seja intervencionista ou liberal, terá mais eficiência. Pois cada doutrina econômica possui enfatizar pontos distintos de desenvolvimento econômico, portanto, cabe analisar o contexto cujo a nação vive o presente momento.

Desta forma, entende-se que os sistemas econômicos são peças fundamentais para incentivar o desenvolvimento da nação, seja o sistema com o sem participação do Estado na economia. Diante disso, as análises cabem identificar e interpretar as demandas da sociedade no qual o modelo econômico vigora, possibilitando a partir disso o crescimento econômico do país.

O conteúdo contemplado na criação e formação dessa monografia permite contribuir com o acervo literário nos aspectos da ciência e história do pensamento econômico. A descrição dos modelos com origem europeia e suas influências no Brasil acarreta no crescimento da nação, seja qual for o sistema adotado. Diante deste ponto, agrega-se conhecimento e informação para futuros trabalhos no âmbito econômico do Brasil, ou pode-se adotar a ideia em outro período econômico do país.

O desenvolvimento e a conclusão deste trabalho de graduação permitem ao autor a captação de uma enorme gama de conhecimento históricos e econômicos. A visão ampla e profunda de dois sistemas econômicos transparece, não somente ao autor, mas também ao leitor o entendimento claro de medidas econômicas do nosso cotidiano e no que impactam até o presente momento de nossas vidas.

O estudo desenvolvido durante a monografia não possui resultados no qual busca-se resposta ou solução para determinado problema econômico, o levantamento histórico de conteúdo procura evidenciar as contribuições decorrentes de ambas escolas do pensamento econômico que perduram até os dias atuais, mesmo que existam modificações ou outros tipos de interpretações. A ciência econômica engloba diversas situações que envolvem a sociedade. Portanto, é de suma importância salientar que hoje vivemos numa sociedade que a economia torna-se pauta crucial para traçar determinados planos e objetivos, com intuito, de prover o bem comum.

REFERÊNCIAS

BAINGO, Werner Karl. **Escola histórica alemã e o pensamento listiano protecionista do século XIX: Ambiguidade ao laissez-faire inglês ou virtudes nacionais de EUA e Alemanha?** *Unochapecó*, v. 13, n. 24, p. 7–18, 2009.

BATISTA, João Marcos. **A Evolução da Economia: Uma Abordagem Histórica sobre os principais modelos, teorias e pensadores.** In: *Revista UniAraguaia*, v. 2, n. 2, p. 286–302, 2012.

BRUE, Stanley L. **História do Pensamento Econômico.** São Paulo: Thompson Learning, 6ª ed, 2006.

CALDEIRA, J. **Mauá: o Empresário do Império.** 22. Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

CUADRA, Miguel A. **Los Sistemas Económicos.** Universidad Nacional, Costa Rica, 1990. Disponível em: <<https://repositorio.una.ac.cr/handle/11056/13521>>. Acesso em 24 de novembro de 2021.

D'ARAUJO, Maria Celina. **As Instituições Brasileiras da Era Vargas.** Rio de Janeiro: Editora FGV. 1999.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

HIGA, Carlos César. **"Golpe da Maioridade"; *Brasil Escola*.** Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/o-golpe-maioridade.htm>>. Acesso em 21 de outubro de 2021.

HUNT, E.K.; LAUTZENHEISER, Mark. **História do Pensamento Econômico: Uma perspectiva crítica.** São Paulo: Elsevier Editora, 3ª ed, 2013.

IZEPAO, Rosalina Lima; BRITO, Eloá Cabreira; BORGES, Leonel Rodrigues. **Friedrich List (1789–1846) e o Sistema Nacional de Economia Política.** *RDSD*, v.5, n.1, p.25–48, 2019.

LIMA, Heitor Ferreira. **História do pensamento econômico no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LIST, Georg Friedrich; HODGSKIN, Thomas. **Sistema nacional de economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 4ª ed, 1996

MANKIW, Nicholas Gregory. **Introdução a Economia**. São Paulo: Cenjage Learning, 3ª ed, 2009.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. **Livre Comércio versus Protecionismo: uma análise das principais teorias do comércio internacional**. DCS/UEM: Revista Urutágua, Maringá - Paraná, N° 11, 2007. <<http://www.urutagua.uem.br/011/11oliveira.htm>>

OLIVEIRA, Roberson; GENNARI, Adilson Marques. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Saraiva, 2009.

PRADO Jr., C. **História Econômica do Brasil** 1. ed. São Paulo, SP: Brasiliense. 1976.

PEREIRA, Luciane Maria Pires; MENEZES, Sezinando Luiz. **Sobre ideias e instituições: a riqueza das nações ou a riqueza da nação? As ideias de Adam Smith e Friedrich List sobre o desenvolvimento do capitalismo**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, v. 30, n.1, p. 87–95, 2008.

RAMALHO, Ângela Maria Cavalcanti; MARQUES, Francisca Luseni Machado. **Os Métodos de Pesquisa**. UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2ª ed, 1985.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 282.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações vl. 1**. São Paulo: EDITORA WMF Martins Fontes, 3ª ed, 2016.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações vl. 2**. São Paulo: EDITORA WMF Martins Fontes, 3ª ed, 2016.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **"Barão de Mauá"**; *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/barao-maua.htm>> Acesso em 21 de outubro de 2021.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **"Economia Cafeeira"**; *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/economia-cafeeira.htm>> Acesso em 21 de outubro de 2021.

SOUSA, Rainer Gonçalves. "**Parlamentarismo às avessas**"; *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/parlamentarismo-as-avessas.htm>>. Acesso em 21 de outubro de 2021.

TREUE, Wolfgang. **Alemania desde 1848: ojeada histórica**. Bonn, Alemanha: Inter Naciones, 1969.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 5ª edição, p. 46–50, 2004.